



**UFOP**

Universidade Federal  
de Ouro Preto

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
ESCOLA DE TURISMO, DIREITO E MUSEOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE TURISMO**

**WESLEY SOUZA DIAS SOARES**

**OURO PRETO, 80 ANOS DE PATRIMÔNIO:  
OS DESAFIOS DA REFLEXIVIDADE EM UMA CIDADE PROTEGIDA**

**Ouro Preto - MG**

**2021**

**WESLEY SOUZA DIAS SOARES**

**OURO PRETO, 80 ANOS DE PATRIMÔNIO:  
OS DESAFIOS DA REFLEXIVIDADE EM UMA CIDADE PROTEGIDA**

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof. Dra. Luana Melo e Silva

**Ouro Preto - MG**

**2021**

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S676o Soares, Wesley Souza Dias.

Ouro Preto, 80 anos de patrimônio [manuscrito]: os desafios da reflexividade em uma cidade protegida. / Wesley Souza Dias Soares. - 2021.

74 f.: il.: color., gráf., tab., mapa.

Orientadora: Profa. Dra. Luana de Melo e Silva.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Turismo. 2. Patrimônio histórico - Educação. 3. Patrimônio cultural - Proteção. I. Silva, Luana de Melo e. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 338.48:719

Bibliotecário(a) Responsável: Sione Galvão Rodrigues - CRB6 / 2526



## FOLHA DE APROVAÇÃO

**Wesley Souza Dias Soares**

Ouro Preto, 80 anos de patrimônio: os desafios da reflexividade em uma cidade protegida

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 20 de agosto de 2021

### Membros da banca

[Doutora] - Luana Melo e Silva- Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)  
[Mestre] - Raíssa de Keller e Costa - (Universidade Federal de Minas Gerais)  
[Doutora] - Maria do Carmo Pires- (Universidade Federal de Ouro Preto)

Luana Melo e Silva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 15/09/2021



Documento assinado eletronicamente por **Luana Melo e Silva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/09/2021, às 10:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0221057** e o código CRC **CODE9870**.

Dedico este trabalho a todos os meus familiares, amigos, professores e profissionais do Turismo.

## **AGRADECIMENTOS**

A vida é uma caixinha de surpresas, perfeita com todos seus defeitos, que nos leva a caminhos, rumos inusitados e surpreendentes, que nos proporciona experiências inexplicáveis e maravilhosas, que nos impulsiona ao amadurecimento, crescimento e evolução, contudo, gostaria de agradecer primeiramente a todos que de alguma forma estiveram ao meu lado, servindo de apoio e suporte, que sempre serviram de incentivo e foram minha força para alcançar e vencer mais essa etapa, que esteve comigo em meio a essa caminhada tão significativa e construtiva que foi estar na Universidade Federal de Ouro Preto.

Em especial a minha família: minha mãe Aparecida e a minha irmã Gabriela, a vocês minha gratidão pelo apoio e carinho. À família ouro-pretana da Rep.Tigrada, Rep. Adega, aos amigos e companheiros da Crespício, casas essas que em “Outro Planeta” me acolheram e me deram para vida verdadeiros amigos e irmãos, sem vocês não seria possível passar por todo esse processo louco. Com vocês, vi o que é ter um lar fora de casa. Aos amigos do 16.2 por tantos momentos de entretenimento e diversão. Aos amigos que a vida me deu para levar pra sempre, em especial a Mylene, Geovanna, Thuane e a todos os demais amigos com quem compartilho incríveis memórias vividas até aqui.

A UFOP, DETUR, CATUR, SISBIN e todos os professores que me acompanharam durante esta jornada, obrigado por sempre me incentivarem e compartilharem seus conhecimentos. Gostaria de agradecer em especial minha orientadora Luana Melo, por todo seu cuidado, paciência e ajuda. Sem você teria sido muito mais árduo esse processo! Por fim, agradeço à gloriosa Universidade Federal de Ouro Preto. Obrigado por terem me suportado e agregado tanto nesta jornada incrível, inesquecível e insana, de tamanho engrandecimento.

**"Olhar para o passado deve ser apenas um meio de entender mais claramente o que eles são, para que possam construir mais sabiamente o futuro."**

Paulo Freire

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a trajetória dos 80 anos de Ouro Preto como patrimônio, demonstrando como as primeiras escolhas e decisões do eixo colonial e ideológica do SPHAN/IPHAN criaram problemas de reflexividade e contribuíram para as desconexões entre moradores e o patrimônio. As escolhas patrimoniais visando o turismo e a patrimonialização centrada no colonial barroco, bem como políticas verticais, são as geradoras do problema. Verifica-se com o trabalho, a evolução dos impactos causados na comunidade ouro-pretana no decorrer dos anos. Busca-se na trajetória do órgão e das gestões do patrimônio, especialmente nos últimos anos de políticas patrimoniais, demonstrar as formas usadas para sanar e democratizar o acesso ao patrimônio, na tentativa de torna-lo mais inclusivo e conectado com os moradores. É importante pontuar que com o cenário atual, onde, enfrentamos uma das piores e mais graves crises sanitárias do mundo, a COVID-19, adaptar-se as circunstâncias se faz necessário. Esse trabalho também passou por algumas adaptações para sua concretização, com isso houve mudanças metodológicas e na trajetória da pesquisa no contexto da pandemia. As metodologias foram a realização de pesquisas bibliográficas, pesquisa documental e pesquisa qualitativa com realização de entrevistas semiestruturadas com colaboradoras do Projeto Sentidos Urbanos pela plataforma digital Google Meet. A análise teve caráter exploratório, descritivo e explicativo com base nos relatos das entrevistas e dos levantamentos feitos. Os resultados mostram a grande necessidade de maiores investimentos por parte do município e dos órgãos ligados ao patrimônio, para ampliar a abrangência e efetividade das ações dos projetos existentes, ligados à educação patrimonial, que promovem maior envolvimento e consciência dos moradores com relação ao seu patrimônio. Esses projetos mesmo com todos os obstáculos, conseguem atingir os objetivos propostos. A partir da pesquisa, constatou-se a importância da promoção de políticas públicas voltadas para a comunidade de Ouro Preto e de ações mais amplas de promoção da inclusão social e apropriação territorial comunitária.

**Palavras-Chave:** Turismo; Patrimônio; Ouro Preto; Pertencimento; Projetos de extensão; Universidade Federal de Ouro Preto.

## **ABSTRACT**

This paper aims to analyze the trajectory of Ouro Preto's 80 years as a heritage, demonstrating how the first choices and decisions of the colonial and ideological axis of SPHAN/IPHAN created reflexivity problems and contributed to the disconnection between residents and heritage. Heritage choices aimed at tourism and patrimonialization centered on the baroque colonial, as well as vertical policies, are the generators of the problem. It is verified with the work, the evolution of the impacts caused in the Ouro Preto community over the years. In the trajectory of the agency and heritage management, especially in recent years of heritage policies, the aim is to demonstrate the ways used to remedy and democratize access to heritage, in an attempt to make it more inclusive and connected with the residents. It is important to point out that with the current scenario, where we are facing one of the worst and most serious health crises in the world, COVID-19, adapting to circumstances is necessary. This work also underwent some adaptations for its implementation, with that there were methodological changes and changes in the trajectory of research in the context of the pandemic. The methodologies were the realization of bibliographic research, documental research and qualitative research with semi-structured interviews with collaborators of Projeto Sentidos Urbanos through the digital platform Google Meet. The analysis was exploratory, descriptive and explanatory based on the reports of interviews and surveys carried out. The results show the great need for greater investments by the municipality and heritage-related bodies, to expand the scope and effectiveness of the actions of existing projects, linked to heritage education, which promote greater involvement and awareness of residents in relation to their heritage. . These projects, even with all the obstacles, manage to achieve the proposed objectives. From the research, it was found the importance of promoting public policies aimed at the community of Ouro Preto and broader actions to promote social inclusion and broader actions to promote social inclusion and community territorial appropriation.

**Keywords:** Tourism; Patrimony; Black gold; Belonging; Extension projects; Federal University of Ouro Preto.

## **FIGURAS:**

**Figura 1** - Mapa mais atual de Ouro Preto (distrito sede) e sua linha do perímetro de tombamento.....29

**Figura 2** - Área tombada na cidade de Ouro Preto em 1931.....30

## **TABELAS:**

**Tabela 1** - Bens tombados em Ouro Preto.....34

**Tabela 2** - Bens tombados em Ouro Preto pelo COMPATRI.....38

**Tabela 3** - Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, os projetos voltados para a educação patrimonial, realizados e apoiados pela Universidade entre 2018 – 2020.....48

## **GRÁFICOS:**

**Gráfico 1** - O que foi tombado.....40

**Gráfico 2** - Bens Tombados analisados.....42

**Gráfico 3** - Solicitação de abertura de processo para tombamento.....42

**Gráfico 4** - Motivações para fazer o pedido de Tombamento dos bens.....43

**Gráfico 5** - Motivações para aceitar o pedido de Tombamento dos bens.....43

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**ADCT** - *Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*

**COMPATRI** – *Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto*

**DPHAN** - *Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

**EJA** – *Educação de Jovens e Adultos*

**FAOP** – *Fundação de Arte de Ouro Preto*

**FUNPATRI** - *Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto*

**ICMS** - *Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços*

**IEPHA** - *Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico*

**IFMG** – *Instituto Federal de Ouro Preto*

**IPHAN** - *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

**PMOP** – *Prefeitura Municipal de Ouro Preto*

**PROEX** - *Pró-Reitoria de Extensão*

**SMPDU**- *Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbanístico*

**SPHAN** - *Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*

**UFOP** – *Universidade Federal de Ouro Preto*

**UNESCO** - *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*

## SUMÁRIO

|                                                                                                                            |           |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                    | <b>1</b>  |
| <b>1 - CAPÍTULO I – ALGUNS CONCEITOS E OS MUITOS DESAFIOS IMPOSTOS ÀS CIDADES PATRIMÔNIO.....</b>                          | <b>3</b>  |
| 1.1 Patrimônio cultural, memória e identidade.....                                                                         | 3         |
| 1.2 Turismo, identidade local e patrimônio.....                                                                            | 6         |
| <b>2- CAPÍTULO 2 - PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE OURO PRETO – MG E A COMUNIDADE OUROPRETANA.....</b>                      | <b>12</b> |
| 2.1- Descobrindo a cidade colonial: O SPHAN e a escolha de Ouro Preto como símbolo da identidade nacional brasileira ..... | 12        |
| 2.2- Cidade, patrimônio e exclusão: os limites da reflexividade .....                                                      | 18        |
| <b>3 - CAPÍTULO 3 OURO PRETO, 80 ANOS DE PATRIMÔNIO: O QUE MUDA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO?.....</b>                          | <b>22</b> |
| 3.1 As últimas décadas de patrimônio.....                                                                                  | 22        |
| 3.2 Ouro Preto e a gestão do patrimônio: rumo à sua democratização?.....                                                   | 27        |
| 3.3 Patrimônio como espelho, educação como elo: mapeando iniciativas.....                                                  | 46        |
| <b>4. CONCLUSÃO.....</b>                                                                                                   | <b>58</b> |
| <b>5. REFERÊNCIAS.....</b>                                                                                                 | <b>61</b> |

## INTRODUÇÃO

O intuito desta pesquisa é analisar, fundamentalmente a partir da experiência da cidade de Ouro Preto – MG, os embates e reflexões acerca da proteção patrimonial na cidade, bem como tal problemática incide e suscita outras reflexões e questionamentos, como as noções e disputas em torno de conceitos como patrimônio cultural, identidade, memória, reflexividade, entre outros.

Acreditamos que a noção moderna de patrimônio e de conservação deste, está intimamente ligada a um desejo pelo passado não mais no sentido de olhar para tais símbolos com vistas a uma simples orientação e modelo de ação, mas como forma de não esquecimento, de preservação de uma memória tanto material quanto imaterial, que por mais indesejada que pudesse ser, não deveria ser apagada, com risco de incorrer na repetição de erros. Deste desejo de preservação emergem assim disputas, resultados, em grande medida, dos atritos sociais, aguçando a necessidade de delimitações teóricas, narrativas e legislativas sobre a temática do patrimônio cultural em seus diversos níveis, como trataremos.

No bojo deste debate, analisamos a noção de patrimônio reflexivo como forma de representação social em sua proteção e produção, promovendo sentido e finalidade ao patrimônio, que produzirá um tensionamento sobre a definição do que deveria se caracterizar como patrimônio a partir de uma troca orgânica com as comunidades e suas narrativas memoriais, reforçada em tese pela obrigatoriedade do Estado em zelar pela sua proteção. Apesar desta pesquisa estar voltada para a experiência ouro-pretana de 80 anos de patrimônio, oferece também repertório e aporte teórico para pensarmos outros casos e experiências.

Assim, passaremos também pela importante reflexão acerca das relações possíveis estabelecidas entre turismo, identidade local e patrimônio, e como essa construção histórico-cultural depende das referências vigentes em cada época. Analisamos também as formas como a relação quase que simbiótica entre comunidade e patrimônio se estabelece na construção, inclusive, de identidades construídas entre cidade, comunidade e poder público.

É fundamental destacar também como o turismo cultural se relaciona e infere diretamente tanto sobre a economia local em sentido amplo, movimentando

intenso fluxo de pessoas e se constituindo como um dos setores mais produtivos da economia, abrigando também sua dimensão cultural e social. Assim apontamos também que a construção narrativa da memória e turismo da cidade de Ouro Preto, por exemplo, está intimamente associada às projeções que os turistas vêem do lugar e despertam seu interesse.

No âmbito dessas construções escolhemos a cidade de Ouro Preto para análise, refletindo a produção do título de “cidade museu” no imaginário coletivo através da propaganda associada à exploração de suas narrativas históricas e arquitetura, bem como o movimento de cristalização e esteriotipação das culturas a partir deste imaginário. Desta forma, sem desconsiderar os benefícios que o turismo traz para as populações, não podemos deixar de apontar tais aspectos.

A homogeneização da cidade pelo turismo, em nossas reflexões, irá demonstrar como tais movimentos de publicidade, artificializadas e romantizadas da cidade, geram uma redução da reflexividade acerca deste patrimônio, assim como a criação de não lugares e redução da identidade e pertencimento pela transformação do patrimônio em produto, a ideia central é mostrar a construção da cidade de Ouro Preto como cidade colonial e os processos de patrimonialização da cidade historicamente constituídos.

Assim acompanharemos também o percurso das medidas de conservação e tombamento de Ouro Preto e educação patrimonial como recurso e alternativa a embates travados neste campo, a educação patrimonial se apresenta de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar, como forma de potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos (IPHAN, 2014, pág.27).

Afim de atingirmos tais objetivos de análise, esta pesquisa contou com recursos metodológicos importantes, como: a realização de pesquisas bibliográficas pertinente à temática, pesquisa documental e pesquisa qualitativa com realização de entrevistas semiestruturadas com colaboradoras do Projeto Sentidos Urbanos pela plataforma digital Google Meet, contou também com recursos importantes como gráficos, figuras, tabelas, afim de melhor organizar informações acerca de delimitações de áreas, tombamentos, mapas, processos, bens e atuação local, bem como oferecer suporte e maior solidez à pesquisa.

## **1 CAPÍTULO I – ALGUNS CONCEITOS E OS MUITOS DESAFIOS IMPOSTOS ÀS CIDADES PATRIMÔNIO**

Neste capítulo, foram introduzidos alguns conceitos necessários para melhor entendimento do trabalho e suas problematizações. Nesta seção estabelecem-se as relações entre os conceitos de patrimônio, patrimônio cultural, memória, identidade e reflexividade. Em seguida, propondo uma reflexão a partir destas conceituações, relacionando-as a desafios concretos impostos aos gestores e comunidades nas cidades patrimônio.

### **1.1 Patrimônio cultural, memória e identidade.**

A palavra Patrimônio vem do latim ‘paternomus’, que é a junção das palavras greco-latinas ‘pater’ e ‘nomus’, que juntas significam pai, paternidade, chefe de família ou algo que se relaciona aos antepassados, relacionado aos usos, costumes e tradições (CARNEIRO, 2009). Deste modo, seguindo a linha de pensamento de Carneiro (2009), o termo designa a condição de deixar conhecimentos, objetos, costumes, entre outros passarem adiante entre as gerações, como uma espécie de dádiva.

O termo historicamente vem sendo usado para conceituar a herança, ou *heritage*, em inglês, e é basicamente o conceito daquilo que se possui e que foi recebido, e que se pretende passar adiante aos herdeiros. Então patrimônio representa aquilo que se quer guardar, do que se quer proteger para passar adiante, estabelecendo um conjunto de objetos de valor que se herdou resultantes da produção humana.

A conceituação de Patrimônio, como conhecemos, surge com a Revolução Francesa. Eram, sobretudo, um momento de grandes conflitos e de transição política, quando uma série de acontecimentos levou a população francesa a identificar, nos monumentos, objetos, obras de arte e outros bens produzidos, os símbolos de um regime e um passado que desejavam apagar. Com isso, estes bens foram saqueados, destruídos e vandalizados. Diante das circunstâncias e da imediata emergência ideológica do Estado Nacional Francês, estes atos tiveram como consequência o despertar da consciência da necessidade de proteger e conservar esses bens. O patrimônio visto nos monumentos, nas artes, na

arquitetura, onde, passou a ser responsabilidade do Estado e de todos os cidadãos, sua proteção contra o vandalismo como forma de conservar o legado para a posteridade (POULOT, 2009; CHOAY, 2001). Era preciso proteger e catalogar as propriedades remanescentes, para assim proteger e conservar a história Nacional, a necessidade de conservar e de proteger, pois se tornou prioridade.

Ao falar sobre patrimônio cultural, associa-se o tema aos conceitos e às ideias de memória e identidade. O patrimônio cultural é a materialização da memória de um povo, de uma nação, de uma coletividade. Ele materializa uma narrativa memorial. No caso dos patrimônios ligados às memórias nacionais, de maneira geral, remete às origens, aos costumes, às tradições e às crenças compartilhadas por essa coletividade/nação, promovendo o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um grupo.

O passado se mantém vivo e presente através da memória que dá a oportunidade de revivê-lo a partir do momento em que o indivíduo passa a compartilhar as suas experiências, tornando a memória “viva” (ALBERTI, 2004, pág.15). Segundo Pelegrini (2006), as noções de patrimônio cultural estão associadas à lembrança e à memória, que são fundamentais no que diz respeito às ações preservacionistas, uma vez que os bens culturais são conservados em função da relação que mantêm com as identidades culturais de um povo, através de seu valor simbólico.

A memória pode ser interpretada como um fenômeno particular, individual e, segundo Halbwachs (1990), ela deve ser compreendida também como um fenômeno coletivo e social. Logo, os elementos que fazem parte da memória envolvem aqueles acontecimentos ocorridos individualmente, que compõem a identidade pessoal, e aqueles vividos pelo grupo no qual a pessoa se relaciona, passando a determinar a identidade cultural de grupos com composições e valores de referência identitária (POLLAK, 1992). Ainda de acordo Pollack, a memória é fundamental na percepção de si e dos outros e por isso acaba por ser resultado de um trabalho de organização e de seleção daquilo que é importante para o sentimento de unidade, de continuidade, ou seja, de identidade.

A identidade cultural de uma nação, comunidade e/ou população se faz com a memória individual e coletiva, a partir do momento em que a sociedade se dispõe a preservar, a cuidar e a divulgar os seus bens culturais, dando início ao processo

denominado pelo autor como a “construção do ethos cultural e de sua cidadania” (LE GOFF, 1997, pág.138). De acordo com Pollack (1992, pág.204):

[...] A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros. Vale dizer que a memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo.

Segundo Pelegrini (2006, pág.03) admite-se “que o patrimônio é historicamente construído e conjuga o sentimento de pertencimento dos indivíduos a um ou mais grupos”, sentimento esse que acaba por assegurar uma identidade cultural.

Entende-se, portanto, como identidade tudo aquilo que tem relação direta com o conjunto de entendimentos que uma pessoa possui sobre ela mesma e sobre todas as manifestações culturais que estão inseridas em sua vida, conferindo-lhe algum significado baseado em suas referências. Esse entendimento é construído social e culturalmente, como a questão do gênero, nacionalidade ou de classe social, que passam a ser usadas pelos indivíduos como referência de construção de sua identidade. Então a identidade cultural é um conjunto de relações sociais e patrimoniais, simbólicos e historicamente compartilhados que estabelecem a união entre a sociedade.

Preocupados com a questão das identidades no mundo contemporâneo, autores como Stuart Hall (2006), vêm refletindo sobre a passagem dos indivíduos que se compreendiam dentro de uma coletividade nacional, para identidades hoje, fragmentadas. Atualmente, de acordo com o autor, as nações modernas são verdadeiros “híbridos culturais” e, diante do fenômeno da globalização, diversos acontecimentos ocorreram e fizeram com que as identidades culturais de tipo nacional passassem a conviver e promover foco para identidades locais e regionais, assim como um hibridismo das culturas, originado pela migração dos povos, destacando ainda que há três impactos importantes desse processo causado pela globalização sobre as identidades culturais, sendo elas: a desintegração, o reforço pela resistência, e a mutação, ou seja, as novas identidades-híbridas que estão se moldando e se adaptando.

O sujeito passou a assumir múltiplas identidades, respondendo a momentos específicos e às experiências diferentes. Esse fenômeno é de fácil percepção a partir da observação da emergência de novos patrimônios culturais em todo o mundo a partir dos anos 1970 e 1980. Patrimônios, monumentos que remetem não somente à história, memória ou às identidades nacionais, vêm surgindo e ganhando espaço a partir das reivindicações de novos grupos identitários, étnicos, religiosos, culturais, que demandam patrimônios capazes de refletir suas identidades. Este é sem dúvida o desejo do indivíduo de se ver refletido em seu patrimônio, no “espelho” que é a sua cidade.

Para Henry Pierre Jeudy (2005), os monumentos, os patrimônios são reflexos da história e da cultura de uma sociedade. O patrimônio reflexivo precisa representar a sociedade que o produziu e que o resguarda. O processo de reflexividade é o que atribui sentido e finalidade ao patrimônio, assim:

As estratégias da conservação se caracterizam por um processo de reflexividade que lhes dá sentido e finalidade. O conceito de patrimônio cultural retira seu significado contemporâneo de uma réplica museográfica do mundo. É preciso, para que haja um patrimônio reconhecível, gerenciável, que uma sociedade se apreenda no espelho dela mesma, que ela tome seus lugares, seus objetos, seus monumentos como reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. (JEUDY, 2005, pág. 28)

Ocorre, no entanto, um jogo de forças sobre o que deve ou não ser patrimonializado, e o que está em jogo é a compreensão do que determinada sociedade tem de si mesma. Assim, em que espelho patrimonial esta sociedade se verá refletida, dependendo também, de qual memória, qual identidade terá força e autoridade de se perpetuar por meio do patrimônio.

## **1.2 Turismo, Identidade local e patrimônio**

A construção do patrimônio histórico-cultural depende das referências que cada época, cada tempo tem sobre o que, para quem e por que conservar. A proteção vem de possíveis negociações entre diferentes setores sociais, cidadãos interligados e autoridades públicas.

Para que a proteção social do patrimônio ocorra, é necessário que a sociedade detentora do bem a ser patrimonializado participe do processo como um todo: identificar, documentar, promover, difundir; o que remete não somente a

critérios técnicos, como também políticos. O envolvimento entre a comunidade e seu patrimônio resulta entre eles um elo que pode gerar uma (re) aproximação, fazendo com que a comunidade busque na memória, mesmo que involuntariamente, vestígios e vivências que a faça se identificar com o bem a ser preservado, alimentando assim o apego identitário da comunidade com o seu patrimônio.

As cidades possuem uma carga histórica, valores culturais advindos das práticas sociais, os lugares trazem em si aspectos determinantes dos processos que constituem a comunidade e/ou região em que estão inseridos. Na concepção de Marc Augé, o lugar se configura como lugar do sentido inscrito e simbolizado, o lugar antropológico. Se referindo ele a um acontecimento que já ocorreu a um mito ou a uma história (AUGÉ, 1994). Com o passar do tempo, as cidades tornam-se lugares com um ambiente propício para diversas manifestações de caráter cultural, de produção de bens e identidade coletiva e de identidade local.

Essas manifestações, que as comunidades apresentam, resultam na cultura local, quer seja ela material ou imaterial, acaba se tornando atrativo para o turismo devido ao valor histórico, artístico e cultural, atribuído ao espaço urbano. Acrescentando as memórias, histórias e tradição das cidades, que são trabalhadas como um produto potencial para ser mostrado e divulgado, a partir de suas características. O turismo, como atividade que trabalha as questões referentes ao fluxo de pessoas, pode auxiliar no intercâmbio de diferentes culturas e assim influenciar no cotidiano dos lugares visitados.

No caso específico da cidade de Ouro Preto, que tem no turismo cultural atividade importante para seu desenvolvimento econômico, é preciso pensar em que medida o patrimônio que hoje observamos é capaz de refletir todas as relações sociais e de força que produziram o patrimônio que hoje observamos. É preciso pensar ainda, em que medida suas comunidades e bairros distantes do eixo turístico participam e se beneficiam desta atividade e ainda, em que medida a atividade enfatiza as tensões entre população e seu patrimônio.

O turismo é uma atividade que movimenta grandes fluxos de pessoas em todo o planeta e que, por sua vez, gera grandes trocas comerciais e negócios entre as regiões de emissão e recepção de turistas. Tendo como consequência mais visível a movimentação de grande capital monetário no mercado internacional. Sendo por essa razão considerada um dos maiores setores produtivos da economia

mundial. Tão relevante quanto o aspecto econômico da atividade turística, é a dimensão social e cultural que o abriga. O Turismo é um fenômeno de aproximação ou do afastamento das pessoas?

As generalizações do olhar do turista (URRY, 1996) fizeram com que os lugares passassem a ser organizados como objetos desse olhar. Ainda de acordo com Urry, de maneira geral, o olhar do turista busca aquilo que ele julga ser autêntico, original, ele vai em busca de um estereótipo, da imagem construída da cidade, que a torna atrativa. O atrativo, o autêntico de cidades como Ouro Preto é sem dúvida seu patrimônio cultural, que o distingue do lugar de origem e dos demais lugares visitados pelo viajante.

Ouro Preto é uma das mais importantes cidades coloniais do Estado de Minas Gerais e do Brasil, localizada a 95 quilômetros da capital mineira, Belo Horizonte. Repleta de belezas naturais, estilísticas e arquitetônicas, heranças do período colonial, tem ainda o estilo barroco em evidência, tendo sido denominado de barroco mineiro pelos modernistas na década de 1920, por suas singularidades em relação ao estilo europeu. É mundialmente conhecida por suas características e pelos artistas reconhecidos na História das Artes, como Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho, e Manuel da Costa Ataíde, o Mestre Ataíde, personagens importantes na construção da memória nacional. Ressalta-se ainda o cenário da cidade colonial, com a significativa exploração de ouro e com forte participação dos pretos, pardos e portugueses, que compuseram a estrutura social em Vila Rica. Tornou-se palco de manifestações históricas importantes no Brasil, como a Inconfidência Mineira, pela libertação dos domínios da Corte Portuguesa e pelo fim das altas taxas e impostos cobrados na mineração, além da representatividade política no contexto nacional, como capital mineira que demonstra historicamente a sua importância para o desenvolvimento do país.

A cidade de Ouro Preto se revela, nos tempos atuais, como sendo de grande valor representativo da história e cultura do país; a cidade é marcada e carregada de história, simbologia e representatividade, e é um lugar portador de memórias que estão presentes em todos os cantos que se passa pela cidade, atraindo para si uma gama de visitantes para prática do Turismo Cultural, para desvendar seus mistérios e suas belezas herdadas desde o tempo colonial.

No entanto, as relações entre comunidade, Turismo e o patrimônio possuem conflitos inerentes às vivências da cidade, às dinâmicas urbanas e à gestão pública da preservação dos bens culturais integrados à cidade e ao Turismo.

Além de ser um lugar portador de memórias relevantes e importantes para a história, a cidade de Ouro Preto possui uma interessante dinâmica em sua composição social, que é muito importante para a manutenção de sua cultura e seu desenvolvimento social. Isso vem se mostrando como um elemento fundamental além de ser de grande relevância e importância para o fomento da discussão sobre estes processos de reconhecimento, preservação e conservação do patrimônio cultural como meio de representatividade e pertencimento da comunidade.

Em Ouro Preto, há uma preocupação muito grande em tentar manter sua população conectada identitariamente com seu patrimônio, pois o Turismo Cultural vem de forma bruta e predatória, causando um grande e tendencioso processo de gentrificação dos espaços patrimoniais. Neste sentido, em situações complexas, as entidades responsáveis por gerir o patrimônio da cidade vêm tentando lidar com os interesses distintos e particulares dos proprietários e cidadãos locais, que possuem interpretações das questões relacionadas ao patrimônio de maneiras diferentes, causando certos conflitos entre diferentes camadas da população, que interpretam e valorizam o patrimônio de maneiras distintas, mesmo tendo em vista a sua importância no que tange à preservação e o Turismo.

A atividade turística cultural pode trazer benefícios para as populações. Santos e Barretto (2006) citam o exemplo de Bali, onde essa atividade teve efeitos significativos, contribuindo na revitalização de danças e outras manifestações culturais. Porém, é preciso estar atento à interpretação destes impactos culturais. Por meio da turistificação das culturas e dos locais pode ocorrer o congelamento de uma tradição ou manifestação cultural de uma comunidade, de um determinado grupo e de um povo. Assim como as manifestações culturais, os centros "históricos" patrimonializados também podem sofrer o mesmo processo de artificialização, especialmente a partir de projetos de revitalização destes centros que visam transformá-los em bem de consumo turístico.

Centros históricos, manifestações culturais e artísticas são congeladas, estetizadas, artificializadas e estereotipadas. Para Jeudy, (2005), há uma transformação dos centros históricos em "museus", uma estratégia de marketing

para atrair turistas que resulta em cidades cada vez mais homogêneas e menos interessantes, mas principalmente, comprometem a reflexividade deste patrimônio. No caso de Ouro Preto, podemos observar que a construção da imagem da cidade colonial por meio da preservação do seu centro histórico em princípios do século XX, foi se fortalecendo ao longo dos anos. Reforçou-se a proteção do patrimônio “barroco”, construíram-se estratégias de marketing turístico que consagravam o centro histórico colonial, e criou-se assim no imaginário coletivo a “cidade museu”, que resguarda a memória e a identidade nacional brasileira, herdeira da cultura e sociedade portuguesa na América. Tudo aquilo que se situa fora deste eixo central, da cidade monumento, tudo aquilo que diverge parece ser relegado ao esquecimento e ao não pertencimento.

Ana Fani Carlos colabora com a explanação em relação à produção de “não lugares”. Segundo a autora, o turismo “transforma tudo que toca em artificial”, criando um mundo fictício, ilusório, onde o espaço se transforma em cenário para o “espetáculo”. (CARLOS, 1999, pág.26)

Os usos do patrimônio cultural em cidades como Ouro Preto para o turismo, passa pela transformação do patrimônio em produto de consumo, o que acaba por comercializar demais a cultura local, mascarando e maquiando suas origens para se vender turisticamente uma imagem. A maior parte dos autores que trabalham a relação do patrimônio e seus usos pelo turismo aponta problemas como afetichização, a estetização, a homogeneização, padronização das cidades, que acontecem nos processos de revitalização para consumo turístico.

Jeudy (2005), por exemplo, critica fortemente o processo de patrimonialização das cidades, para ele há no mundo inteiro uma tendência de conservação patrimonial muito forte onde foca-se sobre a cidade por meio da reconstituição apenas dos centros históricos, o que para ele é uma maneira de dar certa imagem estética internacional para o turismo, de guardar uma ideia de unidade e harmonia da cidade. O problema é que o processo de conservação patrimonial torna as cidades cada vez mais parecidas ou padronizadas. No fundo, há sempre um centro histórico, onde tudo é feito da mesma forma. Normalmente o início desse processo é uma busca de identidade da cidade que leva as cidades patrimonializadas, onde o centro é colocado como a vitrine de uma loja, mascarando e inibindo a evolução cultural, artística e arquitetônica das cidades e de suas

comunidades, além de promover a exclusão daquilo que se encontra fora deste centro, fora do patrimônio.

Boa parte dos autores e pesquisadores é consensual ao dizer que as cidades patrimonializadas acabam por se transformar em cenários, ao viver esses processos, viram museus de si mesmos. Para vender seu produto as agências constroem uma imagem das cidades muitas vezes a partir de propagandas e fotografias que são um recorte escolhido do patrimônio. Como cita CARLOS:

“O lugar é o produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano das vivências. As relações auxiliam na construção de uma rede de significados e sentidos que são “tecidos pela história e cultura”, produzindo a identidade.” (CARLOS, 1996, pág.28).

No capítulo 2, discutiremos o citado processo de construção da identidade da cidade de Ouro Preto como cidade colonial, esta que permanece atualmente e compreendemos como fonte de conflito e, portanto, desafio para os gestores e membros desta comunidade, no que se refere à produção de um espaço e um patrimônio cultural mais democrático e reflexivo.

## **2 PATRIMONIALIZAÇÃO DA CIDADE DE OURO PRETO – MG E A COMUNIDADE OURO-PRETANA.**

A idéia central deste capítulo é apresentar a construção da cidade de Ouro Preto como cidade colonial, bem como os processos de patrimonialização da cidade historicamente constituídos. Desta forma, Dias (2020), ao apontar sobre a história e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto, destaca que:

Em Ouro Preto, cidade declarada patrimônio da humanidade, são incontáveis os estudos referentes ao seu período colonial, com temas ligados à arte barroca e rococó, às irmandades, ao sistema da sociedade escravocrata, às revoltas liberais, às estradas reais; bem como temas focados nas figuras de Chico Rei, Felipe dos Santos, Marília de Dirceu, Aleijadinho, Tiradentes e outros escolhidos. (DIAS, 2020, pág. 293).

Com base nesta assertiva pretendemos explorar como a construção histórica do imaginário patrimonialista corrobora com uma noção cristalizada do turismo e da cultura local a partir de sua representação como cidade colonial. A exploração de tais lugares a partir da retórica colonial permite apontar como comunidades acabam também por terem reduzidos seus protagonismos como parte viva da cidade. Assim, a partir de SORGINE, 2008, pág. 09. Observa-se também que “a cidade iniciou seu fenômeno de patrimonialização ainda no século XIX, onde a “pérola de Minas” já seria considerada por muitos como exemplo, pelo seu pioneirismo”.

### **2.1 Descobrimos a cidade colonial: O SPHAN e a escolha de Ouro Preto como símbolo da identidade nacional brasileira**

O modelo que acabou orientando o SPHAN para criação de políticas de tombamento e que foi usado como parâmetro há tanto tempo, foi pensado pelos modernistas<sup>1</sup> nas décadas de 1920 e 1930 no século XX. Consagravam os parâmetros voltados para a arquitetura monumental, o estilo colonial, o barroco e os conjuntos homogêneos representativos de uma época e de uma sociedade. Cidades com riquezas patrimoniais como as de Ouro Preto e Mariana, são influenciadas

---

<sup>1</sup> Não havia, no entanto, uma unidade de pensamento entre os modernistas, que debateram e divergiram entre si sobre quais seriam os elementos representativos da identidade nacional. O Brasil era um país de contrastes e diversidade em todo seu território, e era preciso buscar o elemento aglutinador destas identidades.

pelas heranças portuguesas com toques e releituras de elementos criados e característicos de artistas locais.

O processo de escolha e decisão dos bens a serem considerados, os bens representativos patrimoniais a serem protegidos no país em cidades como Ouro Preto, foi feito por uma determinada elite intelectual, orientados pela crença de uma arte e uma cultura puramente universal, com o intuito deterem a possibilidade de inserção do Brasil no quadro da história da arte internacional.

Para alguns intelectuais à frente deste projeto de valorização do barroco e da arte colonial mineira produzida no século XVIII, não se poderia falar em um estilo artístico propriamente brasileiro, já que o que aqui, na arte, na arquitetura, música, escultura, apenas se reproduzia os modelos da metrópole portuguesa.

Se me pusesse a disreter sobre a arte cristã no Brasil, depois do veturoso 1500, não só quase nada teria que dizer, como ver-me-ia obrigado a navegar num pérfido mar de conjecturas. As primeiras manifestações artísticas, verdadeiramente nossas, aparecem passado bem mais de século do descobrimento. (ANDRADE, 1993, pág. 45).

Ao descrever e ao falar sobre as igrejas e capelas erguidas no Brasil nos dois primeiros séculos de colônia, as mais imponentes e principais, Mário de Andrade crítica:

Todas essas igrejas, assim como os templos de maior porte, edificados mais tarde, obedecem a uma certa ordem de tipos arquitetônicos que, tendo-se vulgarizado por todo o Brasil, tomaram uma feição fortemente acentuada, donde muito bem se poderia originar um estilo nacional. O jesuítico, o plateresco, o rococó – que mais não são que um só estilo com mínimas variantes, provenientes dos países onde assim se denominou o estilo barroco, – aí domina, porém mais simples, mais pobre, menos pedantesco. (ANDRADE, 1993, pág. 47).

Mário de Andrade compreende que na arquitetura das cidades mineiras há um estilo único e original, cuja estética e cujo estilo representariam a verdadeira expressão artística nacional. Este estilo foi denominado de barroco mineiro, devido à localização de origem. Diferente das características presentes na Europa e nos estilos do barroco europeu, o barroco mineiro se caracterizaria pelo traçado contido, harmônico e pela graciosidade da linha curva. Ele seria o primeiro estilo artístico da nacionalidade tupiniquim. O esforço era, portanto, no sentido de classificar o barroco mineiro como uma arte herdeira do estilo português, o que inseriria o Brasil numa linha temporal de arte internacional, mas trazendo algo de local, algo específico, que tornaria estas manifestações artísticas únicas, e genuinamente brasileiras.

Assim como Mario de Andrade, a preocupação em descobrir as origens da nossa nacionalidade e construir um país mais moderno foi crescendo entre artistas, poetas, escritores, músicos e outros. Os discursos e ações em cima dessa vontade de tornar o Brasil um país mais moderno e com raízes próprias contribuíram para a criação de um modelo que seria conhecido como cidade histórica, visando o resgate e dando ênfase ao patrimônio nacional, de onde surge a expedição modernista de 1924.

Conhecida como *viagem de redescoberta do Brasil*, feita para as Minas Gerais, incluía a cidade de Ouro Preto, cujo objetivo era “descobrir as origens da nacionalidade para se construir um país moderno” (HORTA, 2014, pág. 114). A viagem gerou bons frutos, que deram base para uma política preservacionista, possibilitando ampliar o sentido para a então denominada “cidade histórica”. Em 18 de Abril de 1924, o jornal “Minas Gerais” noticiou:

Um grupo de cavalheiros e senhoras da alta sociedade paulistana está para fazer excursão pelo Estado de Minas Gerais, aproveitando os dias da Semana Santa para observar a sobrevivência dos nossos costumes. (“Jornal Minas Gerais”, Belo Horizonte, 18/04/1924, nº 91, apud VENTURA, 2000, pág. 25).

Fizeram parte dessa viagem artistas como Mário de Andrade, Oswald de Andrade e Tarsila do Amaral, que levavam também o poeta franco-suíço Blaise Cendrars para conhecer o Brasil não apresentado, escondido pelas sombras do progresso das capitais. Essa viagem foi importante, pois representou o crescimento dos ideais nacionalistas no Brasil.

Minas Gerais, segundo Mário de Andrade, foi escolhida, pois possuía uma arte original e, por conta do distanciamento em relação ao litoral, isso teria feito, de certa maneira, que os artistas e a organização territorial e urbana tivessem uma maior liberdade.

A cidade colonial em Minas, então, torna-se, na visão do grupo modernista, um modelo a ser seguido, um exemplo de arte genuinamente brasileira, considerado um testemunho vivo e histórico de grande importância na construção da identidade e tradições brasileiras. O projeto modernista incluía a preservação de Ouro Preto e das demais cidades mineiras ditas como históricas como meio de se assegurar uma identidade nacional e como forma de recuperar uma tradição artística esquecida, desvalorizada. Com isso,

Um novo olhar para a arquitetura colonial se afirmava [...]. Doravante, o legado artístico colonial passava a ser visto não como um estilo acabado, mas como produção híbrida, ou antes, popular, e a arquitetura barroca reinterpretada como universo aberto à intervenção de cristãos e pagãos, artistas e artesãos, europeus, ameríndios e africanos (SODRÉ, 2010, pág. 73).

O que interessava aos modernistas era a parte histórica de Minas, como a série de edificações, pinturas, estatuária, tradições religiosas e objetos remanescentes e sobreviventes do século XVIII. Os modernistas procuravam, sobretudo, vestígios do barroco mineiro. Tudo ligado às riquezas do passado mineiro era importante naquele momento, as cidades coloniais, as celebrações religiosas do povo, a religiosidade, a cultura, tudo que, de alguma forma, ainda sobreviviam ao tempo. Cabia aos modernistas descobrirem uma criação que possuía ligação com uma tradição originalmente brasileira seja ela pelo lado político ou identitários, uma vez que era preciso achar no passado histórico algo que identificasse as pessoas e suas origens.

Preocupados com o descaso e abandono em relação ao barroco mineiro, e vendo um passado histórico importante na construção de nossa nacionalidade correndo risco de ser perdido, os modernistas passam a tomar atitudes e ações para preservação patrimonial dessas obras, criando então uma organização de proteção ao patrimônio, que chegou a ser conhecida e batizada como sendo a *Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas Gerais*, e tinha como objetivo de atuação parar os frequentes roubos de peças sacras feitos às igrejas coloniais mineiras. Era preocupante a situação vulnerável em que se achavam os tesouros setecentistas de Minas. Daí ser projetada a criação de uma instituição que protegesse esses bens (ANDRADE, 1993; VENTURA, 2000).

Preocupados com o descaso e abandono em relação ao barroco mineiro, e vendo um passado histórico importante na construção de nossa nacionalidade correndo risco de serem perdidos, os modernistas passam a tomar atitudes e ações para preservação patrimonial dessas obras, criando então uma organização de proteção ao patrimônio, que chegou a ser conhecida e batizada como sendo a *Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas Gerais*, e tinha como objetivo de atuação parar os frequentes roubos de peças sacras feitos às igrejas coloniais mineiras. Era preocupante a situação vulnerável em que se achavam os tesouros

setecentistas de Minas. Daí ser projetada a criação de uma instituição que protegesse esses bens (ANDRADE, 1993; VENTURA, 2000).

Ouro Preto então tomou a frente no processo de institucionalização da preservação do patrimônio pelos modernistas e desde a promulgação do Decreto 22.298 veio para considerar a cidade monumento nacional, sob o argumento de que:

À cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d'arte que merecem defesas e conservação. (BRASIL, 1933, pág.14153)

Em 1933, através do Decreto 22.298, a cidade é decretada como sendo Monumento Nacional. Posteriormente, em 1938, é inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes, recebendo o título de Patrimônio Nacional.

Com o Estado Novo, em 1937, o regime político brasileiro governado por Getúlio Vargas, que foi conhecido pelo seu nacionalismo, em comunhão de interesses com os modernistas, ambos motivados pelo interesse em construir uma identidade nacional forte, marcante e autêntica através da busca incansável pelos símbolos que descreveriam nossas raízes, os modernistas então buscavam traços que marcavam e nos identificavam. Essa busca foi motivada pela grande necessidade de auto-afirmação de uma nação moderna, e de mostrar para o mundo toda nossa “brasilidade”. Dessa união e desses interesses então surge o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN).

O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) foi o primeiro órgão federal de proteção ligado ao patrimônio cultural nacional, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (THOMPSON, 2010).

O SPHAN foi criado no início do Estado Novo ou Terceira República Brasileira, 1937, que foi o regime político brasileiro instaurado por Getúlio Vargas, que era conhecido pela centralização do poder, pelo nacionalismo e pelo autoritarismo, características que impuseram regras e ações de forma antidemocráticas, sem atuação da população sobre as tomadas de decisões, fazendo com que as ações tomadas, inclusive pelos modernistas e agentes do SPHAN, fossem centralizadas e fechadas apenas em suas linhas de pensamento.

A partir dessa escolha do barroco mineiro, a cidade de Ouro Preto, dotada de tais características e ricas em detalhes do estilo, foi então apresentada como a

cidade modelo, demonstrando que tanto a tradição quanto a modernidade compunham a identidade desejada pelo Estado Novo, para o fortalecimento e materialização das raízes identitárias da nossa nação, como prometido pelo governo. (THOMPSON, 2010).

Assim, Ouro Preto representava o início da nação e também o contraponto à modernidade. É neste processo de convencimento do valor tanto do antigo como do novo, sob o conceito de patrimônio nacional, é que o SPHAN se concentrou nos seus primeiros anos de atuação, dedicando seu trabalho na transformação da cidade em um modelo de Identidade Nacional. (THOMPSON, 2010).

Em Ouro Preto, até mesmo a topografia, o traçado e a dinâmica da geografia da cidade passaram a ser vistos como elementos de uma obra de arte, de modo a comporem, com a arquitetura, uma paisagem bela, pitoresca, plástica, artística e esteticamente atrativa. Para TELLES (1997):

As sinuosidades dos traçados e os fortes aclives dos logradouros conferem excepcional irregularidade aos conjuntos edificados. Essa irregularidade é ainda mais acentuada pelo fato de as casas se apresentarem coladas umas às outras e contarem com número variado de pisos, sem qualquer ordenação definida. Esse conjunto de fatores produz, nos logradouros da cidade, nas ruas, becos e praças, um forte sentido pitoresco (...). A inserção das igrejas e capelas nesta paisagem urbana – seja daquelas localizadas em pontos altos do sítio (São Francisco de Paula, São José, Santa Efigênia e capelas do alto da serra), seja das localizadas especificamente na trama urbana (as duas paroquiais já citadas, capelas do Carmo, de São Francisco de Assis, do Rosário, ou as duas Mercês) – ainda mais acentua a extrema variedade, a riqueza dos pontos de vista e o pitoresco do sítio urbano de Ouro Preto. (TELLES 1997-2000, pág. 406).

Devido a suas características físicas e ao seu patrimônio basicamente intacto com o passar dos tempos, contendo ainda as íngremes ruas estreitas, em paralelepípedos, as ladeiras e a paisagem local, com casas em estilo colonial, Museus e Igrejas perfeitamente conservadas, em 02 de setembro de 1980, Ouro Preto foi agraciada pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) como patrimônio Cultural da Humanidade. Não obstante a conferência de tão importante título e reconhecimento, ou talvez em função dele, é possível encontrar nos muros da cidade pichações em tom de protesto: “é da humanidade, mas não da comunidade”.

Compreendemos até aqui, que, as características físicas da cidade que interessam a estes projetos e instituições de preservação, são, como é possível

observar na citação de Telles, bastante específicas e estão circunscritas a um núcleo específico da cidade, que como aparece na expressão da população, não é da comunidade.

## 2.2 Cidade, patrimônio e exclusão: os limites da reflexividade

Esvaziada economicamente, a cidade [*de Ouro Preto*] foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernista, deixando as populações que lá moravam subordinadas a esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência. Lia Motta (1987 Apud CASTRIOTA 2009, pág. 74).

A história de Ouro Preto foi contada com muito orgulho por aqueles que são considerados seus defensores históricos. Privilegiou-se a memória de uma parte da população, enfatizando o valor histórico e artístico dos bens localizados no centro da cidade, da elite política, religiosa e do patrimônio edificado. Já no século XX, com a institucionalização e com o surgimento e criação do SPHAN, a atenção, o cuidado e a valorização continuaram a ser focados nas grandes obras do período barroco, especialmente naquelas ligadas ao mestre Aleijadinho e às Irmandades que representam a memória de uma elite política e católica local.

A escolha de Ouro Preto como cidade modelo e símbolo nacional de nossas origens identitárias, além de prestígios trazidos pela titulação, também lhe colocou em situação conflituosa com sua população. As políticas de preservação do patrimônio orientadas para a construção da identidade nacional foram contraditórias e injustas em determinados pontos, como mostra Castriota:

(...) privilegiam-se certos aspectos em detrimento de outros, iluminam-se certos momentos da história, enquanto outros permanecem na obscuridade (CASTRIOTA, 2003, pág. 01 (...)) muitas vezes, para se criar um símbolo nacional, apagam-se as marcas da história local, que foram se sedimentando ao longo dos anos. (CASTRIOTA, 2009, pág. 131),

Desta forma, observa-se a marginalização, o esquecimento e a tentativa de silenciamento das outras formas de expressão e memórias existentes, focando nas influências da classe dominante que valorizava a parte histórica e deixava o restante sem participação e referência. Moradores, suas memórias e suas histórias também constituem o conjunto e a paisagem da cidade, e isso vai além do patrimônio edificado do “centro-histórico”. A cidade é também suas encostas, morros, bairros

periféricos e distritos que, muitas vezes, permanecem ativos e vivos, resistindo fortemente à passagem do tempo. Estes resguardam outros patrimônios e outras histórias. Mas muitas vezes o que se percebe é uma desconexão entre eles e aquele espaço considerado o centro da cidade.

Os primórdios da ocupação da cidade de Ouro Preto remetem aos finais do século XVII, tendo como períodos de maior pulsão econômica, o século XVIII, iniciando a crise da mineração no XIX, o que leva o início do esvaziamento da cidade de Ouro Preto e com a mudança da capital para Belo Horizonte isso piora a situação, segundo Andriolo (1999, pág. 17), “a mudança da capital foi regida por um sentido estético, pelo qual as construções coloniais tornaram-se indignas de abrigar os poderes provinciais”, marcando a cidade no século XX por período de abandono, mas ainda de sua redescoberta enquanto patrimônio cultural e ao longo deste século a cidade se torna palco de uma série de manifestações artísticas, com a presença de atores, músicos e figuras de relevo na cena artística brasileira.

As décadas de 1960 e 1970, os festivais de inverno e a resistência à ditadura militar também são períodos de grande pulsão cultural na cidade (KAMINSKI, 2016, pág.36). Assim é possível pensar como há de fato um congelamento, como acusa o citado (JEUDY, 2005) com relação ao patrimônio da cidade colonial, e ao período que esse patrimônio remete. As cidades ditas “históricas” tornam-se assim cidades de um momento histórico único, e todas as vivências e experiências de outras temporalidades, que contemplam o crescimento da cidade para além da centralidade da área protegida, ficam esquecidas. Desta forma a memória e a identidade dos moradores ficam limitadas à cidade turística, colonial, ao centro histórico protegido.

A presença de afro descendentes na região é forte desde os primórdios da cidade, resultado da necessidade massiva de mão de obra escravizada, empregada na mineração. Estudos demográficos apontam, neste período, que a população africana trazida como mão de obra escrava chegou a compor mais de 60% da população nos finais do século XVIII, o que representava um número estimado de 126.603 africanos escravizados. No ano de 1819, este número chegava a 168.543, o que representava mais de 15% da população escravizada do Brasil. Essa porcentagem cresce para 24,7% em 1872. (RANGEL, 2005, pág. 4). Minas Gerais foi, até finais do XIX, a maior província escravista do Brasil.

Como desenvolver, neste caso concreto de Ouro Preto, um projeto turístico que evidencie as relações sociais que levaram à produção concreta do patrimônio que é objeto da atividade turística? Conhecer e se apropriar do patrimônio de Ouro Preto não pode ser um ato a histórico, acrítico, mas, ao contrário, deve ser um ato que perpassasse pela apropriação das dinâmicas sociais, culturais e históricas de produção do patrimônio. (MELO; CARDOZO, 2015, pág. 1063)

A partir das discussões desenvolvidas no item anterior, sabemos que parte significativa dessa população da cidade, não foi, portanto, contemplada nas escolhas patrimoniais de princípios do século XX. Sabemos ainda, a partir da observação de manifestações culturais de caráter imaterial como as festas e celebrações, a presença de quilombos nos distritos, de igrejas, que parte desta população segue praticando suas tradições, suas culturas, suas memórias e seus costumes, deixando a cidade viva, já há gerações.

Desta forma, observa-se que a memória, a história e, conseqüentemente, o patrimônio cultural foi e continua a ser visto como espaço de luta, onde se disputa a economia, apolítica e simbolicamente o poder. Podemos pensar que, a ausência da população, das comunidades nas escolhas patrimoniais de princípios do século XX, é um dado comum à maioria dos países do ocidente. As políticas patrimoniais foram pensadas em um momento em que o Estado Nacional era força central e decisória, e coube às suas instituições levar a cabo políticas patrimoniais. Além disso, a compreensão sobre aquilo que era patrimônio, aquilo que deveria ser protegido era bastante limitadora se comparada à concepção patrimonial bem mais alargada que temos hoje.

Os valores históricos, de monumentalidade, de excepcionalidade atrelada a fatos memoráveis, já trazem implícitos a limitação e a exclusão. Essas transformações serão discutidas com maior fôlego no próximo capítulo. Mas somente a partir da constituição de 1988 que o valor de referência, ou dos sujeitos de atribuição de valor, passa a incluir de fato as pessoas, os indivíduos produtores e guardiões deste patrimônio no processo de decisão.

Em 1937 surge um período político conhecido como Era Vargas, onde se pregava a ideologia nacionalista e modernizadora ao mesmo tempo autoritária e antidemocrática, o que também vem a explicar um dos motivos da ausência popular no processo de criação da identidade nacional. Seguindo esses preceitos, a ditadura Vargas vinha com o intuito de substituir e romper de vez com as velhas elites

agrárias com o intuito de enfim “civilizar o Brasil”, elevando-o ao patamar das nações européias, que o serviam de inspiração. Desta forma, passaram-se anos mantendo a mesma política patrimonial, sem se pensar na inclusão da população nos processos participativos.

A origem identitária Nacional se dá por meio das pessoas, de seus costumes, de suas vivências, de suas crenças, de seus cotidianos e de suas tradições, mas que infelizmente não foram valorizadas no momento de construção do SPHAN. A população e as suas memórias têm muito a oferecer ao patrimônio cultural, e seu papel enquanto agentes modificadores e mantenedores desse acervo e não foram trazidos ao diálogo. A patrimonialização de um bem não deve se basear somente em sua materialidade ou nos atributos histórico-artísticos, mas principalmente nas possibilidades em se fazer presente, em participar da vida cotidiana, na ressignificação permanente e cotidiana pela sociedade (SIMÃO, 2016).

A valorização dos patrimônios e das memórias se dá pelas pessoas e por meio de suas tradições e costumes. É de grande importância para a manutenção e conservação de identidades próprias e regionais que as pessoas se sintam referenciadas e pertencentes ao lugar. O passado e suas referências são marcados no território, as manifestações culturais tradicionais, repassadas através das gerações, as formas de fazer objetos, alimentos, festas sempre voltam a ser valorizados. Ou seja, patrimônio imaterial passado através da memória reforça a conservação e permanência entre gerações.

O passado é um referencial para a construção do futuro e como um processo contínuo de sua utilização e de sua prática. Os lugares que possuem grande substrato de registros de diferentes épocas como bases de sua identidade carecem de ações práticas que propiciem a manutenção deste patrimônio referencial e ícone da história. (SIMÃO, 2016).

O processo de patrimonialização vertical e excludente de Ouro Preto, que perpassa ao tombamento, em 1933, e ao título de Cidade Patrimônio Cultural da Humanidade, em 1980, gera conflitos entre a comunidade e os órgãos reguladores do patrimônio, conflitos esses fundiários, culturais e sociais que se materializam nas modalidades cotidianas de apropriação do território, do patrimônio e da cultura.

### **3. OURO PRETO, 80 ANOS DE PATRIMÔNIO: O QUE MUDA NA GESTÃO DO PATRIMÔNIO?**

Este capítulo veio para verificar se houve alguma evolução no decorrer dos anos e na trajetória do órgão e das gestões do patrimônio, especialmente nas políticas patrimoniais, mostrando as tentativas de democratizar o acesso ao patrimônio, tornando-o mais inclusivo e conectado com os moradores, apresentando debates ao longo das décadas e suas representativas e significativas mudanças, principalmente sobre as titulações e sobre os tombamentos na cidade de Ouro Preto, com dados e análises a cerca destas tentativas de democratização e inclusão da população e suas diversificações nos processos de tombamento e de decisão.

A educação patrimonial é tratada nesse capítulo como elo e forma de reaproximação entre a população e seus bens, mapeando iniciativas feitas pela UFOP nos últimos anos com apoio da PROEX, que tem parcerias com outras instituições, órgãos e empresas com o intuito de aplicar e usar os trabalhos, os programas, os projetos de extensão e as pesquisas afim de envolver a comunidade com seu patrimônio, mostrando que ações como essas são fundamentais para o fortalecimento e apoio à construção da luta pelo direito e à democratização do patrimônio a partir da base educativa.

#### **3.1 As últimas décadas de patrimônio**

Os debates a respeito do patrimônio ao longo das décadas se deram com uma representativa e significativa mudança, houve uma grande quebra de paradigmas, pois, houve um processo de ressignificação das formas de ver, tratar, preservar e conservar o patrimônio ao longo dos anos.

De acordo com Márcia Chuva (2017) nos anos 1970 ocorre uma virada cultural no que se refere aos estudos dentro das ciências humanas. As pesquisas na área de história passam a incorporar contribuições de outras áreas como a antropologia e ampliar o seu campo de interesse, seus objetos, contemplando diferentes temas como gênero, minorias étnicas, religiosas, hábitos e costumes.

A citada autora demonstra os efeitos dessa virada cultural que promoveu uma quebra de paradigmas a respeito das verdades históricas e métodos tradicionais. De uma história do Estado e das elites políticas, passa-se a uma história interessada também nas práticas, na vida privada, nos processos e

cotidiano, mais voltados para o comportamento humano, para os estudos das minorias étnicas, culturais, religiosas, ampliando seus objetos e impactando no campo do patrimônio.

No Brasil, a inserção de elementos sociais nos discursos relacionados às questões patrimoniais atingiu grande parte dos jovens que concluíram seus cursos de história e estudos nas áreas sociais no Brasil nas décadas de 1970 e 1980, por meio do contato com a escola francesa, incorporando uma perspectiva cultural em suas pesquisas sobre história social, desconstruindo ícones e símbolos e descaracterizando velhos costumes.

Essa virada cultural que atingiu com força a história deu os primeiros passos para aproximar as questões sociais da questão do patrimônio no Brasil. Pode-se dizer que nesse contexto deu origem ao fortalecimento de cortes de identidade multifacetado, religioso, étnico, ideológico, gênero, reconfigurando as perspectivas de identidade nacional, que tomava a vida cotidiana como objeto de investigação.

No Brasil, na década de 1980, alcançamos grandes conquistas políticas e sociais a partir desse momento memorável, incluindo o anúncio da nova Constituição federal brasileira em 1988, evento que deu estrutura à vida democrática do Brasil. Os efeitos da conquista dos valores fundamentais da liberdade, dos direitos humanos e da tolerância, são expressões que não podem ser esquecidas, pois, tiveram efeitos de longo prazo, inclusive no campo do patrimônio.

O IPHAN passa a incorporar em sua composição, profissionais de áreas diversificadas, como sociólogos, educadores, arquitetos, economistas, historiadores, o que impactou em suas políticas, tratando agora de projetos ligados a cultura, memória e a proteção de cidades históricas.

Ainda de acordo com Márcia Chuva (2017), após a incorporação de diversos profissionais de diferentes setores das áreas sociais, a proteção, conservação e seleção dos bens a serem tombados passaram a ser variados e mais inclusivos no IPHAN, incluindo bens de natureza material e imaterial como os de religiões não tradicionais. A autora Márcia Chuva apresenta como exemplo dessa virada o tombamento do Terreiro da Casa Branca, Ilê Axé Iyá Nassô Oká de Salvador em 1984, o Quilombo dos Palmares, tombado no ano de 1986, que foram repetidamente citados como vitórias representativas nas lutas pela inclusão de representações de diferentes grupos identitários na categoria de patrimônio cultural brasileiro, por meio

da demanda por parte dos movimentos sociais que se apropriaram dos instrumentos disponíveis.

Essa proteção só foi possível, pois resultou na busca dos técnicos e especialistas dos setores sociais de uma representação mais ampla e diversificada da nação (Chuva, 2017). Analisando essas transformações que aconteceram no IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) e suas políticas, Haroldo Leitão Camargo (2002, págs. 91 - 92) constata:

Finalmente, as mudanças adotadas pelo IPHAN a partir dos anos 80 irão incorporar outros elementos, sobretudo os bens de origem popular, os seus fazeres e, bem mais recentemente, o patrimônio imaterial, como as festas, as danças, as profissões, a gastronomia, etc. de alguma forma quebrou-se a hegemonia do patrimônio de “pedra e cal” e da presença exclusiva de arquitetos para a definição dos bens patrimoniais.

Daquele momento em diante, a visão do patrimônio cultural preocupava-se com os bens móveis e imóveis públicos e que estavam associadas aos acontecimentos marcantes da história do Brasil de forma mais ampla e inclusiva. Desde a Constituição brasileira de 1934, é de responsabilidade do Estado amparar e proteger a cultura; os direitos de propriedade ligados aos interesses sociais ou coletivos, cabendo à União, aos estados e aos municípios a proteção do patrimônio histórico e artístico do país.

Nos primeiros anos, o SPHAN, liderado por Rodrigo Melo Franco de Andrade, procurou tomba e restaurar patrimônios antigos com foco no acervo arquitetônico, inicialmente a equipe era majoritariamente controlada por arquitetos e por isso os tombamentos iniciais foram considerados como expressões históricas e artísticas reservadas para patrimônio arquitetônico (PELLEGRINI FILHO, 1997).

No decorrer das ações do IPHAN, as visões foram ampliadas e transformadas. É possível observar medidas tomadas a partir de um conceito mais inclusivo e abrangente de patrimônio. Na Constituição de 1988, conhecida como Constituição Cidadã pode encontrar traços das lutas sociais e dessas conquistas nas questões que envolvem o patrimônio e a representatividade por meio da identidade e sentimento de pertencimento. É possível observar nos artigos 215 e 216, bem como no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT. São eles, tal como promulgado em 1988:

**Art. 215.** O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à:

- I - defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro;
- II - produção, promoção e difusão de bens culturais;
- III - formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões;
- IV - democratização do acesso aos bens de cultura;
- V - valorização da diversidade étnica e regional.

**Art. 216.** Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O poder público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

**§ 4º** Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

**§ 5º** Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

**Art. 68.** Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Por meio dessas disposições, a Constituição Federal Brasileira estabeleceu normativas a respeito da diversidade cultural dada à importância da contribuição de “diversos grupos formadores da sociedade brasileira” e a necessidade de proteção e segurança do patrimônio cultural de natureza material e imaterial pertencentes a esses diferentes grupos. Para Márcia Chuva (2002, pág.89), o conceito de “grupos de formadores” tornou-se realidade e um papel fundamental em termos discursivos, no senso de inclusão e apreciação da diversidade cultural brasileira.

É preciso chamar a atenção para outra mudança importante no texto constitucional, que representa avanços importantes no que toca a participação do cidadão na decisão sobre aquilo que é patrimônio. Que é a ideia de referência cultural: “portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

A noção de referência cultural é importante porque é ela que estabelece a associação com o patrimônio imaterial. Ela traz implícita a ideia dos sujeitos de atribuição de valor ao patrimônio e não à natureza dos bens. Isso significa que as políticas patrimoniais, a partir deste momento, entendem que são os sujeitos que atribuem valor ao patrimônio. Essa nova visão rompe com a lógica anterior vigente na constituição da década de 1930, que entendia que os objetos teriam valores intrínsecos. Ela ainda coloca em foco o cidadão, que é quem produz e detém os patrimônios, desta forma, os agentes da cultura passam a ser incluídos no processo de valorização da prática cultural.

É importante apontar que essa noção de referência, de sujeitos de atribuição de valor ao patrimônio tem sido fundamental para políticas patrimoniais menos autoritárias e mais inclusivas, para um olhar mais relacional e menos estático sobre o patrimônio. As consequências dessa mudança são a abertura para maior participação da comunidade e do cidadão nas políticas de eleição do patrimônio. O

que vai impactar diretamente no sentimento de identidade e reflexividade do indivíduo com relação aos bens culturais.

### **3.2 Ouro Preto e a gestão do patrimônio: rumo à sua democratização?**

O IPHAN em seu endereço eletrônico destaca que “Ouro Preto é uma das primeiras cidades tombadas pelo IPHAN, em 1938, e a primeira cidade brasileira a receber o título de Patrimônio Cultural Mundial, conferido pela UNESCO, em 1980”. A cidade, antes mesmo da criação de órgãos responsáveis pela proteção e preservação do patrimônio, já chamava a atenção pelo seu estado de conservação, e com isso, em 12 de julho de 1933, recebe o título de Monumento Nacional. A titulação se deu pelo Decreto de nº 22.928, reconheceu a necessidade de preservação da cidade, por ela ser palco de acontecimentos de "grande importância histórica" e por sua arquitetura colonial.

Art.1º Fica erigida em Monumento Nacional a Cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União Federal e dentro do que determina a legislação vigente.

Art.2º Os monumentos ligados a História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da Cidade de Ouro Preto, ficam entregues à vigilância e guarda do Governo do Estado de Minas Gerais e da Municipalidade de Ouro Preto, dentro da órbita governamental de cada um.

Art.3º Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o governo do Estado de Minas e a Municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação e assim incorporados ao patrimônio artístico e histórico do Monumento Nacional e rígido pelo presente decreto. (BRASIL, 1933).

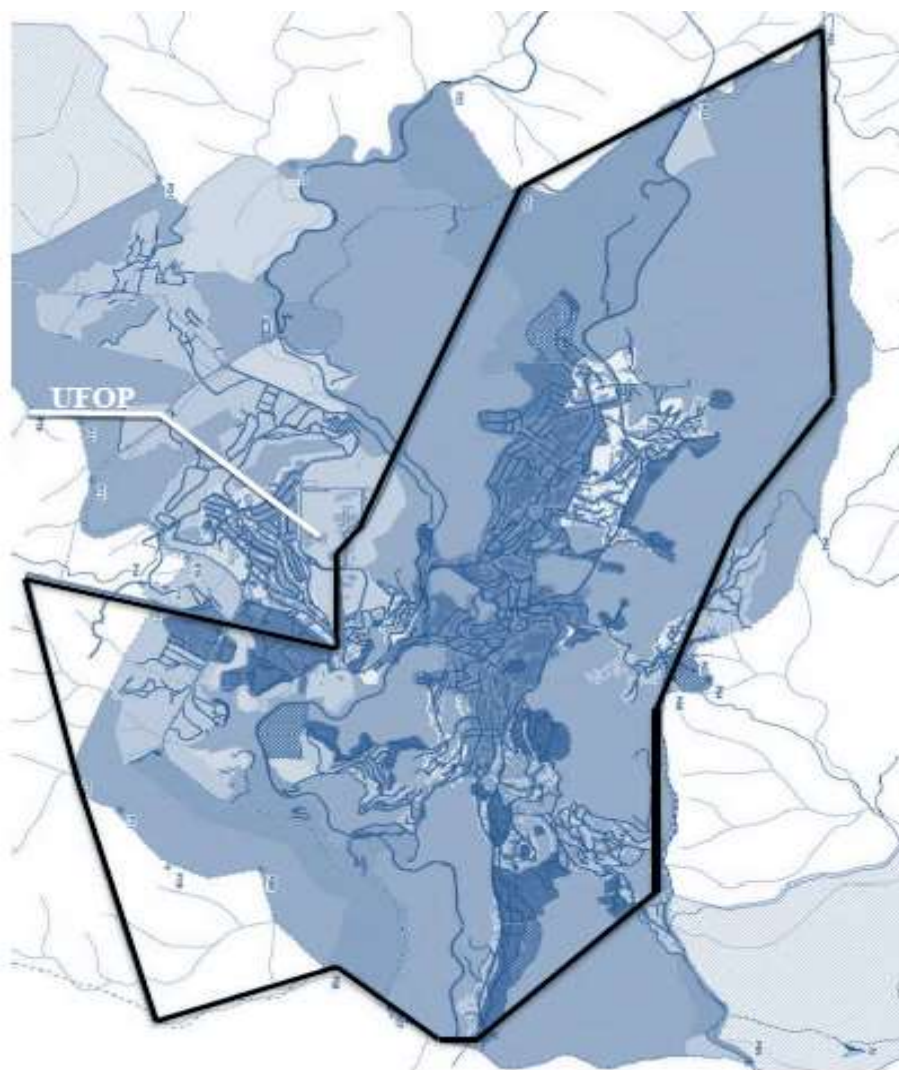
O tombamento da cidade de Ouro Preto ocorre em 1938, registrado no Livro do Tombo das Belas Artes de Inscrição nº.39, no dia 04 de março de 1938, onde reflete a relação da política com as concepções de patrimônio vigentes no país. Até aquele momento o reconhecimento da cidade estava atrelado à ideia de singularidade, excepcionalidade. Décadas mais tarde a cidade foi inscrita em mais dois livros do Tombo, Livro do Tombo Histórico – Inscrição nº.512 em 15 de setembro de 1986 e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico – Inscrição nº.98 também no dia 15 de setembro de 1986.

Com a Portaria de nº 312/2010 do IPHAN, a demarcação dos conjuntos Arquitetônicos e Urbanístico de Ouro Preto tombados é enumerada em dez “pontos-

chave”, O perímetro de tombamento do "SÍTIO TOMBADO" é delimitado da seguinte maneira:

Partindo-se da capela de São João (ponto um), situado na Serra de Ouro Preto, vai-se em linha reta até o topo do Morro situado à direita de quem olha a frontaria da Capela do Bom Jesus do Taquaral (ponto dois). Desse ponto segue-se na direção sul, pela divisa com o Município de Mariana, até encontrar o Parque Estadual do Itacolomi (ponto três), de onde se prossegue, pela divisa com Mariana, até o Morro do Cachorro (ponto quatro), onde está implantada a torre da EMBRATEL. Desse ponto toma-se uma linha reta até a portaria da Escola Técnica Federal de Ouro Preto (ponto cinco), infletindo-se daí para o Centro de Convergência localizado na área central do Campus da Universidade Federal de Ouro Preto (ponto seis). Desse ponto segue-se até a subestação da CEMIG (ponto sete), de onde se inflete na direção Oeste, pela cumeada da Serra, até a Rodovia Rodrigo Mello Franco de Andrade (Estrada do Contorno) (ponto oito). Percorre-se esta estrada até o trevo com a Rodovia dos Inconfidentes (ponto nove), seguindo-se daí pela Estrada de São Bartolomeu até o local da Serra de Ouro Preto denominado Pedra de Amolar (ponto dez), indo-se desse, pela cumeada da Serra de Ouro Preto, até a Capela de São João (ponto um), fechando-se assim o perímetro. (IPHAN, 2010).

Embora o Tombamento, seja considerado o primeiro a nível nacional a definir os limites de um perímetro urbano preservado e a propor orientações e sanções que contribuam para a preservação da cidade de Ouro Preto, previsto pelo Decreto-Lei 25/1937, o Município já possuía documentos direcionados para a sua preservação. De toda forma, a partir da tese de doutorado de Álvares (2017), conseguimos identificar o mapa mais atual de Ouro Preto (distrito sede) e sua linha do perímetro de tombamento, como segue:



Fonte: PMOP, 2014.

Figura 1: MAPA ATUAL DE OURO PRETO (DISTRITO SEDE) E SUA LINHA DO PERÍMETRO DE TOMBAMENTO

Em 1931, houve a primeira ação de nível municipal pensando na questão de preservar o patrimônio municipal, foi criado nesse ano um decreto municipal sancionado pelo então prefeito da cidade João Baptista Ferreira Velloso, o Decreto de nº. 13, que enfatiza o aspecto colonial da cidade e se propõe a mantê-lo. Este documento limitava a construção de edifícios e estruturas que diferem do estilo colonial, e propunha a padronização dos edifícios existentes.

Em 1932, foram tomadas novas medidas e ações a fim de preservar e conservar ainda mais o patrimônio da cidade, feito um novo decreto municipal, o decreto de nº. 25, pelo mesmo prefeito, João Baptista, onde, ainda se exaltava e evidenciava o estilo colonial, no documento, as modificações nas edificações eram

limitadas e restritas. O documento enfatiza a necessidade de adequar os edifícios existentes de diferentes estilos a padronizá-los ao estilo colonial, proíbem a pintura de elementos de pedra nos edifícios. Além disso, foi estabelecida a necessidade de obtenção de licenças para construção, reconstrução, reforma e limpeza, e impunha multa aos serviços sem autorização e a demolição indevida.

Ambos os Decretos fazem parte de um processo municipal, que em 2010, retifica o Decreto de nº 13/1931, por meio do Decreto de nº 2.239 com base na participação e nas decisões tomadas pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto – COMPATRI, tombando assim o Distrito sede de Ouro Preto em nível municipal.

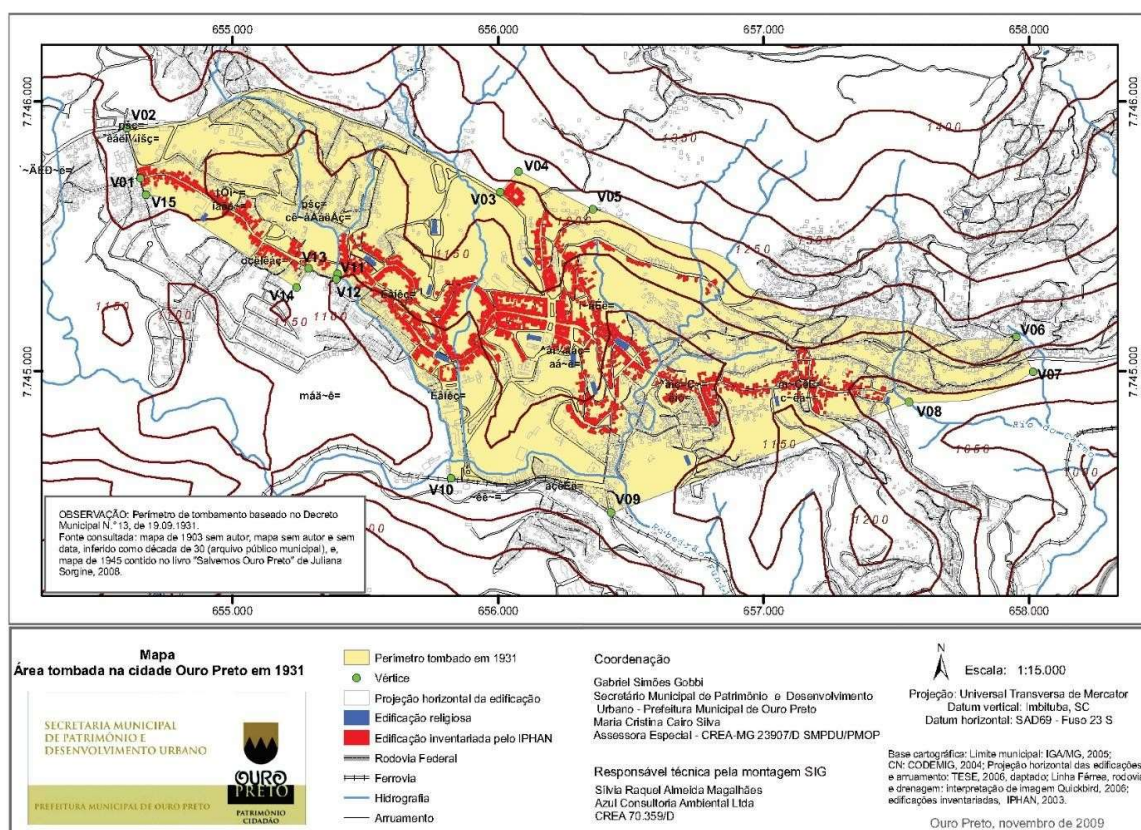


FIGURA 2- ÁREA TOMBADA NA CIDADE DE OURO PRETO EM 1931. Fonte: PMOP, 2009.

Em 1980 a cidade de Ouro Preto mais uma vez é presenteada com mais uma titulação, dessa vez o título é conferido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), foi inscrita na lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, recebendo assim o título de Patrimônio Mundial da Humanidade, tornando-se a primeira cidade a ser declarado Patrimônio da Humanidade pela UNESCO. A titulação não interfere diretamente no que diz respeito

à preservação do patrimônio, segundo Lanari Bo, João Batista (2003), a ação da UNESCO confere prestígio à cidade e, também, reforça a “auto-estima” da população.

Após Ouro Preto ser reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO em 1980, houve muitas atividades e investimentos de nível federal e internacional que vão de encontro com as políticas de proteção do patrimônio. Entretanto, as intervenções feitas, aparentemente, continuam sendo feitas de forma vertical e reforçam o processo de consagração de bens patrimoniais com base em visões mais tradicionais já discutidas aqui.

A titulação e seu reconhecimento a nível internacional não substituem a responsabilidade de proteção do patrimônio por parte da União, dos Estados e dos Municípios, que são também responsáveis pela sua gestão. Pode-se ressaltar a contribuição da organização que, através dos monitoramentos e estudos realizados nos sítios inscritos em sua lista, estimulam ainda mais estudos e envolve parcerias e incentiva projetos organizados pelos governos federais.

Por meio da Lei Orgânica do Município, de 28 de março de 1990, sobre o patrimônio, prevê a preservação em conjunto com a comunidade por meio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – COMPATRI, e atribui ao mesmo, a responsabilidade de elaborar um plano permanente de proteção do seu patrimônio.

O COMPATRI foi estabelecido pela Lei Orgânica do município, em 28 de março de 1990, mas foi regulamentado pela Lei Municipal 64/2002, de 29 de novembro de 2002, que dispõe sobre o Regimento Interno do conselho, em conformidade com as atribuições definidas na Lei Municipal 17/2002, de 26 de abril de 2002, que regulamenta os instrumentos do tombamento e registro no município de Ouro Preto, e teve a primeira reunião em 10 de outubro de 2003.

No município de Ouro Preto a Lei N° 17/2002 regulamenta o tombamento de bens móveis e imóveis e o registro do patrimônio imaterial. A respeito da proteção especial do Poder Público Municipal sobre os bens de caráter material e imaterial, como cita a LEI de N° 17 de 26 de abril de 2002, no art. 3, do capítulo II:

O Município procederá, na forma da Lei, ao tombamento total ou parcial de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular, existentes em

seu território que, pelo valor histórico, etnográfico, paisagístico, paleográfico, bibliográfico ou arquitetônico, ficam sob a proteção especial do Poder Público Municipal. (OURO PRETO, 2002.)

Já no Artigo 7 da mesma lei, há apresentação dos processos de tombamento por intermédio do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural:

Podem apresentar proposta de Tombamento através do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural:  
 I – as pessoas de direito público e entidades a elas vinculadas;  
 II – entidades culturais do município;  
 III – O proprietário ou qualquer representante do povo.  
 (OURO PRETO, 2002.)

O artigo diz que qualquer cidadão, seja vinculado a entidades e/ou ao poder público ou não, pode manifestar interesse em tomba um bem específico. O Conselho é um órgão permanente, consultivo e de assessoramento e é vinculado à Secretaria de Cultura e Patrimônio, que fornece suporte técnico e administrativo, e é composto por conselheiros não remunerados, e o conselho tem mandato de 2 anos, e os seus membros fazem parte de diferentes setores da sociedade, com integrantes do poder público e civis.

Em 27 de setembro de 2011, a Lei Municipal de nº 708 revogou a Lei municipal 64/02, passando o COMPATRI a vigorar de acordo com a nova legislação que alterou, basicamente, as representações.

O conselho de acordo com a Lei Municipal de nº 708, de 2011, é dividido entre o Poder Público e a sociedade civil, e é composto atualmente por dez representantes do poder público, a saber:

- 01 representante da Secretaria Municipal de Patrimônio e Desenvolvimento Urbano;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Obras;
- 01 representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- 01 representante do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional;
- 01 representante do IEPHA – Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico;

- 01 representante da Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP;
- 01 representante do Instituto Federal de Minas Gerais – IFMG/Ouro Preto;
- 01 representante do IEF – Instituto Estadual de Florestas;
- 01 representante do Corpo de Bombeiros, Unidade responsável pelo Município de Ouro Preto;

E dez representantes da sociedade civil:

- 03 representantes das entidades preservacionistas de Ouro Preto;
- 03 representantes de entidades representativas dos movimentos comunitários dos moradores dos bairros e distritos;
- 03 representantes das entidades culturais em atuação no Município de Ouro Preto;
- 01 representante dos guias de turismo de Ouro Preto.

Ao conselho, competem ações como: propor bases da política de preservação municipal; emitir pareceres sobre o tombamento e registro bem como seus cancelamentos; estabelecer diretrizes para a preservação do patrimônio cultural, natural e seu entorno, aprovar ou revogar projetos urbanísticos.

As reuniões ordinárias do Conselho acontecem mensalmente e há algumas reuniões extraordinárias. Essas ocorrem com maior frequência no segundo semestre quando se trata de organizar documentos para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) Cultural. As reuniões e as pautas a serem discutidas são divulgadas ao público com antecedência, por meio dos canais de comunicação da prefeitura e no Diário Oficial.

No entanto, de acordo com entrevista feita de maneira informal aos funcionários da Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio a participação de representantes da sociedade civil, que não fazem parte do conselho, é comum e pontual e, muitas das vezes, fica restrita a situações em que a pessoa vai com a intenção de requerer algo. Geralmente, participam dessas reuniões, profissionais e/ou estudantes das áreas interessadas nas pautas do dia, de grande maioria, jovens. Quando há a presença dessas pessoas, elas geralmente opinam e sabem

do que a reunião irá tratar. A consolidação de órgãos vinculados ao patrimônio na estrutura administrativa municipal é uma ação essencial para que os objetivos de programas federais sejam alcançados nos municípios.

Analizamos os acervos contendo os registros dos bens tombados em Ouro Preto, no intuito de compreender melhor a dinâmica de tombamento atualmente na cidade, buscando observar tipologia e agentes à frente do processo. Foi necessário buscar os principais documentos que possibilitaram essa proteção dos bens, com isso iniciamos a pesquisa pela documentação municipal por meio dos dossiês e inventários. Os dossiês fazem parte das atividades para registro, tombamento e proteger o patrimônio cultural brasileiro, além de fazerem parte do conjunto de atividades que no estado de Minas Gerais incentivam o ICMS Cultural.

Na cidade de Ouro Preto, os dossiês já realizados de bens tombados e registrados a nível municipal, se inserem nas atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, com o apoio do COMPATRI e são de domínio público, ou seja, os acessos a estas informações são públicos.

Ouro Preto possui desde seu primeiro processo até a atualidade aproximadamente 62 bens tombados a nível federal e pelo COMPATRI desde sua criação até o ano de 2015, 27 bens tombados, de acordo com os dados publicados pelo município. Dentre estes, incluem-se Núcleos Históricos, Bens Imóveis, Conjuntos Paisagísticos e Bens Móveis, que se encontram distribuídos pela cidade de Ouro Preto, pelos seus distritos e subdistritos. Como podemos observar na tabela a seguir, que mostra a relação de Bens tombados no Município de Ouro Preto. (PMOP, 2010).

| OURO PRETO (SEDE)                        |                                                          |                                                                                                                                   |                     |                            |                                                          |
|------------------------------------------|----------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------|----------------------------|----------------------------------------------------------|
| Categoria                                | Denominação do bem                                       | Localização                                                                                                                       | Nível de Proteção   | Ano/órgão do inventário    | Data do tombamento                                       |
| Núcleo Histórico                         | Conjunto Arquitetônico e Urbanístico                     | “Caminho Tronco” (bairros Cabeças, Rosário, Pilar, Centro, “Lajes”, Antônio Dias, Barra, Alto da Cruz, Padre Faria e adjacências) | Municipal e federal | 2002/IPHAN 2009e 2010/PMOP | 19/09/1931 e 14/01/2010 (municipal); 20/4/1938 (federal) |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Casa dos Contos                                         | Rua São José–Centro                                                                                                               | Federal             | 1987/ IPHAN                | 9/1/1950                                                 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Museu da Inconfidência (Antiga casa de Câmara e Cadeia) | Praça Tiradentes – Centro                                                                                                         | Federal             | 1987/IPHAN                 | 29/11/1954                                               |

|                                          |                                                                        |                                                                       |         |            |           |
|------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|---------|------------|-----------|
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Escola de Minas (Antigo Palácio dos Governadores)                     | Praça Tiradentes – Centro                                             | Federal | 1987/IPHAN | 13/3/1950 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela do Senhor Bom Jesus das Flores                                  | Taquaral (depois do chafariz do Taquaral, na saída pra Mariana)       | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela de Nossa Senhora da Piedade                                     | Rua Nossa Senhora da Piedade–Piedade                                  | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Capela de Nossa Senhora das Dores                                     | Alto das Dores                                                        | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Capela de Nossa Senhora do Rosário (ou Capela do Padre Faria)         | Rua Padre Faria – Padre Faria                                         | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela de Santana                                                      | Praça Santana - Morro de Santana                                      | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela de São João Batista do Ouro Fino                                | Praça São João do Ouro Fino - Morro de São João                       | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela de São Sebastião                                                | Rua Rio Grande - Morro de São Sebastião                               | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Capela do Senhor do Bonfim                                            | Rua Antônio Albuquerque – Pilar                                       | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Oratório da Rua Barão do Rio Branco, esquina com a Rua Santa Efigênia | Antônio Dias                                                          | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de Nossa Senhora das Mercês e Perdões (Mercês de Baixo)        | Largo Musicista J. Dos Anjos - Centro                                 | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de Nossa Senhora do Carmo                                      | Rua Brigadeiro Musqueira – Centro (ao lado do Museu da Inconfidência) | Federal | 1987/IPHAN | 20/4/1938 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar                               | Praça Mons. Castilho Barbosa – Pilar                                  | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de Nossa Senhora do Rosário                                    | Largo do Rosário–Rosário                                              | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de Santa Efigênia                                              | Rua Santa Efigênia – Alto da Cruz                                     | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de São Francisco de Assis                                      | Largo de Coimbra – Centro                                             | Federal | 1987/IPHAN | 4/6/1938  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de São Francisco de Paula                                      | Rua Pe. José Marcos Pena – São Cristóvão                              | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja de São José                                                    | Rua Teixeira Amaral – Centro                                          | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja do Senhor Bom Jesus de Matosinhos                              | Rua Alvarenga – Cabeças (ao lado do Colégio Arquidiocesano)           | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | *Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição                           | Praça Antônio Dias – Antônio Dias                                     | Federal | 1987/IPHAN | 8/9/1939  |

|                                                 |                                                                                  |                                                                            |                  |                        |                   |
|-------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------|------------------|------------------------|-------------------|
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Igreja Nossa Senhora das Mercês e Misericórdia (Mercês De Cima)                 | Rua Padre Rolim – Centro (próximo a Escola de Minas)                       | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Passada Ponte Seca                                                              | Rua Donato da Fonseca – Rosário                                            | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Passo da Praça Tiradentes (esquina com a Rua Conde de Bobadelaou “Rua Direita”) | Praça Tiradentes–Centro                                                    | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Passo da Rua Getulio Vargas                                                     | Rua GetulioVargas–Rosário                                                  | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Passo da Rua São José                                                           | Rua São José – Centro (próximo a Pontedos Contos)                          | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Passo de Antônio Dias                                                           | Rua Bernardo Vasconcelos – Antônio Dias (esquina com a Rua Carlos Tomás)   | Federal          | 1987/IPHAN             | 8/9/1939          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz do Gloria                                                              | Rua Antônio Albuquerque – Pilar                                            | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz do Largo Marília                                                       | Largo de Marília de Dirceu – Antônio Dias                                  | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz de São José ou dos Contos                                              | PraçaReinaldoAlvesdeBrito –Centro                                          | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz do Alto da Cruz                                                        | Rua Padre Faria – PadreFaria                                               | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz do Alto das Cabeças                                                    | Rua Alvarenga – Cabeças (próximo à FAOP-Casa Bernardo Guimarães)           | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Chafariz de Antônio Dias                                                        | Rua Bernardo Vasconcelos – Antônio Dias (esquina com a Rua Cláudio Manoel) | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte da Barra                                                                  | Rua Antônio Martins–Barra                                                  | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte de Marília (Ponte de Antônio Dias)                                        | Largo Marília de Dirceu – Antônio Dias                                     | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte dos Contos (Ponte de São José)                                            | Rua São José – Centro (ao ladoda Casa dos Contos)                          | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte do Pilar                                                                  | Rua do Pilar – Pilar (atrás da Igreja Matriz do Pilar)                     | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte do Rosário                                                                | Rua Alvarenga - Rosário                                                    | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | *Ponte Seca                                                                      | Bairro do Rosário                                                          | Federal          | 1987/IPHAN             | 19/6/1950         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | Fazenda São José do Manso                                                        | Parque Estadual do Itacolomy                                               | Estadual         | 1998/ IEPHA            | 22/9/1998         |
| <b>Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas</b> | <b>Ponte Zero</b>                                                                | <b>Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 6.90</b>               | <b>Municipal</b> | <b>2006/PMOP-SMPDU</b> | <b>28/11/2006</b> |
| <b>Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas</b> | <b>Ponte da Rancharia 1</b>                                                      | <b>Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km7.70</b>                | <b>Municipal</b> | <b>2006/PMOP-SMPDU</b> | <b>28/11/2006</b> |

|                                          |                                                                             |                                                                       |           |                            |            |
|------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-----------|----------------------------|------------|
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Ponte da Rancharia 2                                                        | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.05                 | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Ponte da Rancharia 3                                                        | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.10                 | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Ponte Falcão                                                                | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 8.50                 | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Ponte da Caveira                                                            | EstradaOuroPreto-Ouro Branco (Estrada Real) Km10.70                   | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Bueiro Serra do Itatiaia                                                    | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 11.60                | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Arrimo Bueiro Curvo                                                         | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.00                | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Bueiro Conjunto Calixo                                                      | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.10                | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | PontedoCalixo                                                               | Estrada Ouro Preto-Ouro Branco (Estrada Real) Km 14.60                | Municipal | 2006/PMOP-SMPDU            | 28/11/2006 |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Cemitério, Capela de São Miguel Arcanjo e seu acervo                        | Rua Hugo Soderi, s/nº - Saramenha                                     | Municipal | 2008/PMOP-SMPDU            | 18/9/2008  |
| Bem Móvel                                | Conjunto de Bustos Relicários (04 peças) atribuído à Oficina de Aleijadinho | Museu Aleijadinho – Santuário de N. Sra. Da Conceição de Antônio Dias | Municipal | 1987/IPHAN 2010/PMOP-SMPDU | 06/07/2010 |

| LAVRASNOVAS                              |                                    |                                                                       |                   |                         |                    |
|------------------------------------------|------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------------|--------------------|
| Categoria                                | Denominação do bem                 | Localização                                                           | Nível de Proteção | Ano/órgão do inventário | Data do tombamento |
| Bens Móveis                              | Imagem de Santana do Aleijadinho   | Museu de arte Sacra - Mariana; Procedência: Capela de Santana-Chapada | Federal           | 1987/IPHAN              | 14/10/1987         |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Capela de Santana e seu acervo     | Praça de Santana-Chapada                                              | Municipal         | 2005/PMOP               | 29/6/2005          |
| AMARANTINA                               |                                    |                                                                       |                   |                         |                    |
| Categoria                                | Denominação do bem                 | Localização                                                           | Nível de Proteção | Ano/órgão do inventário | Data do tombamento |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Casa Bandeirista ou Setecentista   | Rua Santo Onofre - Centro                                             | Federal           | 1987/IPHAN              | 10/7/1963          |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Igreja Matriz de São Gonçalo       | Praça da Matriz, s/nº - Centro                                        | Municipal         | 2009e 2010/PMOP         | 28/9/2010          |
| CACHOEIRA DO CAMPO                       |                                    |                                                                       |                   |                         |                    |
| Categoria                                | Denominação do bem                 | Localização                                                           | Nível de Proteção | Ano/órgão do inventário | Data do tombamento |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas | Igreja Matriz de N. Sra. De Nazaré | Praça Felipe dos Santos – Centro                                      | Federal           | 1987/IPHAN              | 29/11/1949         |
| Bens Móveis                              | Cadeira Dom Pedro                  | CentroDomBosco,snº-Km75 - BR 356 (Rodovia dos Inconfidentes)          | Municipal         | 2006/PMOP-SMPDU         | 8/2/2007           |

|                                                 |                                               |                                                                        |                          |                                |                           |
|-------------------------------------------------|-----------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------|--------------------------|--------------------------------|---------------------------|
| <b>Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas</b> | <b>Capela de Nossa Senhora das Dores</b>      | <b>Rua Nossa Senhora das Dores,s/nº</b>                                | <b>Municipal</b>         | <b>2006/PMOP-SMPDU</b>         | <b>18/11/2010</b>         |
| <b>GLAURA</b>                                   |                                               |                                                                        |                          |                                |                           |
| <b>Categoria</b>                                | <b>Denominação do bem</b>                     | <b>Localização</b>                                                     | <b>Nível de Proteção</b> | <b>Ano/órgão do inventário</b> | <b>Data do tombamento</b> |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | Igreja Santo Antônio                          | Praça da Matriz                                                        | Federal                  | 1987/IPHAN                     | 24/10/1962                |
| <b>Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas</b> | <b>Ponte Ana de Sá</b>                        | <b>Ana de Sá</b>                                                       | <b>Municipal</b>         | <b>2006/PMOP-SMPDU</b>         | <b>7/11/2006</b>          |
| <b>MIGUEL BURNIER</b>                           |                                               |                                                                        |                          |                                |                           |
| <b>Categoria</b>                                | <b>Denominação do bem</b>                     | <b>Localização</b>                                                     | <b>Nível de Proteção</b> | <b>Ano/órgão do inventário</b> | <b>Data do tombamento</b> |
| Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas        | Ruínas da Fábrica de Ferro Patriota           | Miguel Burnier                                                         | Federal                  | 1987/IPHAN                     | 30/6/1939                 |
| <b>Estruturas Arquitetônicas e Urbanísticas</b> | <b>Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier</b> | <b>Linha do Centro – Km 498,264 - Acesso Rua João Gonçalves - s/nº</b> | <b>Municipal</b>         | <b>2007/PMOP</b>               | <b>18/11/2010</b>         |

TABELA 1 – BENS TOMBADOS EM OURO PRETO.

\*Bens inseridos no Conjunto Arquitetônico e Urbanístico tombado possuem tombamento específico. (PMOP,2010).

A nível municipal, até o ano de 2019, foram registrados 6 bens como patrimônio imaterial, sendo eles:

- Tradicional Produção de Doces Artesanais de São Bartolomeu, 2008;
- Festa de Nossa Senhora dos Remédios do Fundão de Cintra, 2009;
- Cavalhadas de Amarantina, 2013;
- Celebrações do Divino Espírito Santo de São Bartolomeu, em 2015;
- Ofício de Bordadeiras e Rendeiras de Ouro Preto, 2019. &
- Festa do Reinado de Nossa Senhora do Rosário e Santa Efigênia, 2019.

A nível Municipal Ouro Preto ao todo entre os anos de 2003 a 2015 tombou 03 Núcleos Históricos, 07 Bem Imóveis, 02 Bens Móveis e 15 Bens inseridos no Conjunto Paisagístico tombados, como podemos ver na tabela a seguir:

| <b>Denominação do Bem</b>  | <b>Categoria</b> | <b>Ano</b> |
|----------------------------|------------------|------------|
| Capela de Santana e acervo | Bem Imóvel       | 2005       |
| Ponte Ana de Sá            | Bem Imóvel       | 2006       |

|                                                      |                       |      |
|------------------------------------------------------|-----------------------|------|
| Chafariz de Dom Rodrigo de Menezes                   | Bem Imóvel            | 2007 |
| Matriz de São Gonçalo do Amarante                    | Bem Imóvel            | 2010 |
| Capela N. Sra. Das Dores                             | Bem Imóvel            | 2010 |
| Capela N. Sra. Dos Remédios e acervo de Bens Móveis  | Bem Imóvel            | 2010 |
| Capela N. Sra. Da Conceição do Chiqueiro dos Alemães | Bem Imóvel            | 2012 |
| Cadeira Dom Pedro                                    | Bem Móvel             | 2007 |
| Conjunto de Bustos Relicários                        | Bem Móvel             | 2010 |
| Ponte Zero                                           | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Ponte da Rancharia 1                                 | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Ponte da Rancharia 2                                 | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Ponte da Rancharia 3                                 | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Ponte Falcão                                         | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Bueiro Conjunto Calixto                              | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Pontedo Calixto                                      | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Arrimo de Bueiro Curvo                               | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Bueiro Serra do Itatiaia                             | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Ponte da Caveira                                     | Conjunto Paisagístico | 2006 |
| Cemitério São Miguel Arcanjo                         | Conjunto Paisagístico | 2008 |
| Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier               | Conjunto Paisagístico | 2010 |
| Capela N. Sra. Auxiliadora de Calatróis e Cemitérios | Conjunto Paisagístico | 2012 |
| Pedra e Grutado Vigia                                | Conjunto Paisagístico | 2012 |
| Igreja Queimada                                      | Conjunto Paisagístico | 2015 |
| Núcleo Histórico de Ouro Preto                       | Núcleo Histórico      | 2010 |
| Núcleo Histórico de São Bartolomeu                   | Núcleo Histórico      | 2007 |
| Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva       | Núcleo Histórico      | 2008 |

TABELA 2 – BENS TOMBADOS EM OURO PRETO PELO COMPATRI.

A seguir o gráfico exemplifica a quantidade de bens tombados pelo município de Ouro Preto desde a primeira atuação do COMPATRI até 2015.

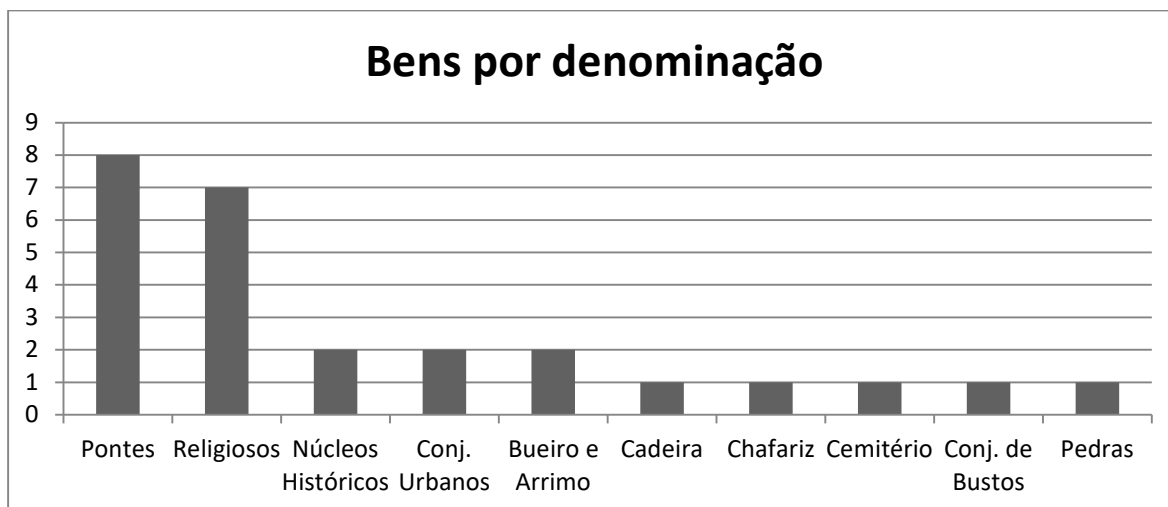


GRÁFICO 1 – O QUE FOI TOMBADO.

Como demonstrado no gráfico 1, podemos perceber a grande quantidade de tombamentos de pontes e imóveis religiosos, ligados a religião católica. As pontes acima representadas fazem parte da Estrada Real, o tombamento é do conjunto paisagístico que incluiu também os bueiros e o chafariz de Dom Rodrigo de Menezes.

Os Imóveis Religiosos também aparecem com grande força dentre os bens tombados pelo município, dentre eles englobam as Igrejas, as Capelas e uma Igreja Matriz, tanto da área urbana, quanto da área rural do município. Os núcleos históricos e Conjuntos Urbanos e Ferroviários têm 2 exemplares cada. Já a cadeira, o chafariz, o cemitério e a pedra, possuem um exemplar cada tombado pelo município.

De acordo com documentos encontrados no site do COMPATRI e disponibilizados para consulta pública, os dossiês de tombamento são realizados por empresas terceirizadas através de licitações. Esse serviço terceirizado tem como fonte do pagamento verbas do FUNPATRI – Fundo de Preservação do Patrimônio Histórico e Cultural de Ouro Preto, com recursos vindos do ICMS Cultural para proteção.

Para melhor entendermos a respeito dessas motivações que levaram o tombamento pelo município de Ouro Preto, foi feito um levantamento para esse estudo, a respeito de quem foram os solicitantes de abertura de processo de

tombamento, a motivação do pedido e a motivação do deferimento. Para essa análise levaremos em consideração apenas os bens imóveis, tanto na sede do município quanto nos distritos e subdistritos, tendo como base para este as informações encontradas e informados no gráfico 1.

Este levantamento ocorreu de forma remota, de maneira consultiva a documentos disponíveis nas plataformas digitais do município, e por meio de entrevistas informais online junto a Prefeitura Municipal de Ouro Preto. Analisamos também Dossiês de Tombamentos e realizamos pesquisas nos arquivos públicos do município. (PMOP, 2007).

Constam nesse levantamento 12 Bens, dos quais: 08 são bens ligados a religiosidade sendo Igrejas e Capelas, 02 Núcleos Históricos e 02 Conjuntos Ferroviários. O cemitério de São Miguel Arcanjo foi inserido na categoria de Capelas pois o tombamento se estende à Capela de São Miguel. Foi levado em consideração apenas os bens imóveis, não foram levados em consideração os bens tombados do conjunto paisagístico da Estrada Real, os bens móveis nem a Pedra da gruta do Vigia.

#### Bens Analisados:

- Capela de Santana e acervo:
- Núcleo Histórico de São Bartolomeu
- Conjunto Urbano e Ferroviário de Rodrigo Silva
- Cemitério São Miguel Arcanjo
- Núcleo Histórico de Ouro Preto
- Matriz de São Gonçalo do Amarante
- Capela de Nossa Senhora das Dores:
- Conjunto Ferroviário de Miguel Burnier:
- Capela de Nossa Senhora dos Remédios e acervo:
- Capela de Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães:
- Capela de Nossa Senhora Auxiliadora dos Calastróis e Cemitérios:
- Igreja Queimada:

Analisando de uma maneira geral podemos constar o seguinte:

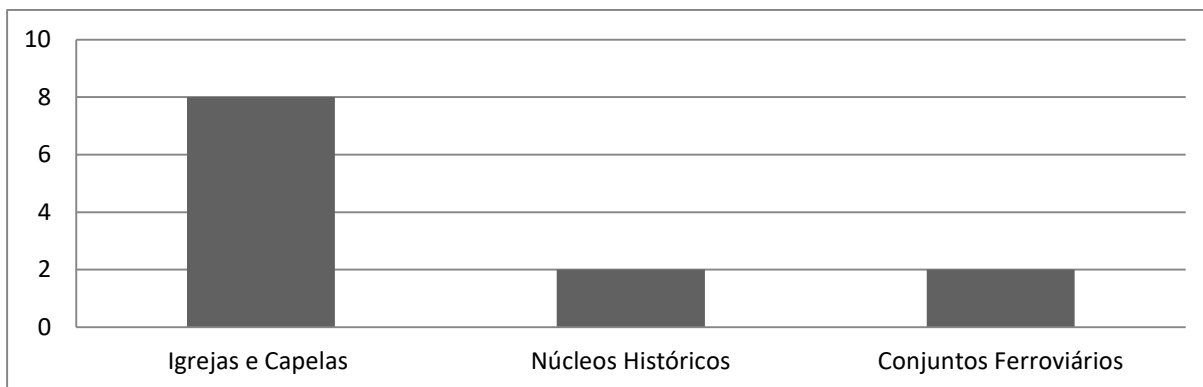


GRÁFICO 2 – BENS TOMBADOS ANALISADOS.

A Respeito dos solicitantes do processo de tombamento podemos observar que houve uma grande maioria solicitada por parte de entidades ligadas a representação dos moradores de onde o bem está inserido. Houve pelo menos 02 pedidos de tombamento advindos da Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 01 pedido feito pelo Ministério Público Federal e 01 feito pelo Ministério Público Estadual. Como consta no Gráfico 3:

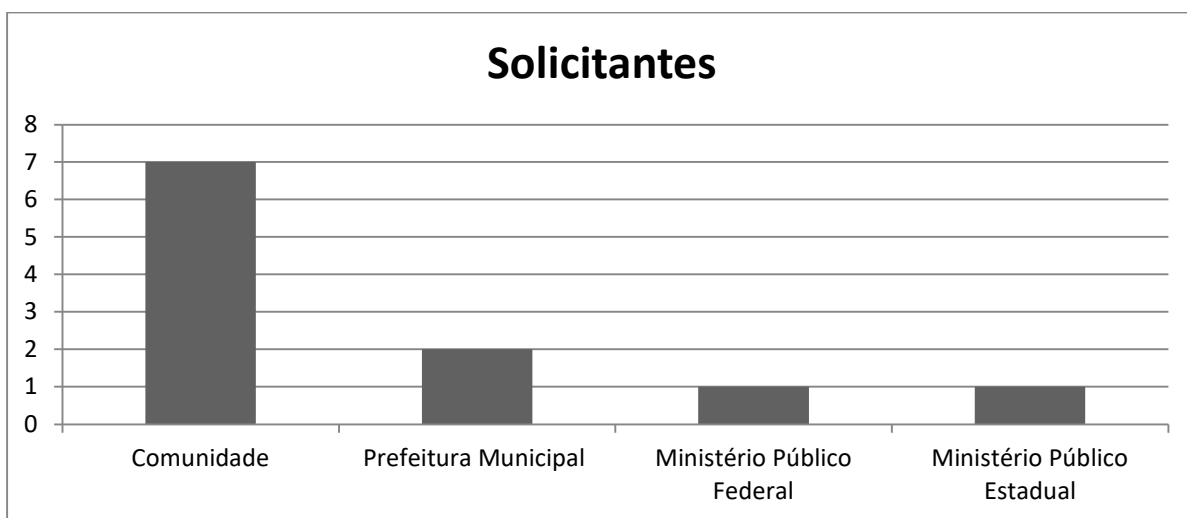


GRÁFICO 3 - SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO PARA TOMBAMENTO.

As motivações principais levantadas que impulsionaram o pedido de processo de tombamento desses bens foram:

- A simbologia representativa do bem para população local,
- Para impedir a descaracterização representativa e histórica do bem,
- Medidas mitigadoras de impacto ambiental,
- Pontuação no ICMS Cultural e abandono por parte da prefeitura.

Em 3 destes casos analisados não constam nos dossiês suas motivações reais, mas foram feitos por entidades e instituições ligadas a representações da sociedade civil (moradores e seus representantes).



GRÁFICO 4 – MOTIVAÇÕES PARA FAZER O PEDIDO DE TOMBAMENTO DOS BENS.

O que foi levado em consideração pelo conselho na hora de deferir os pedidos foi:

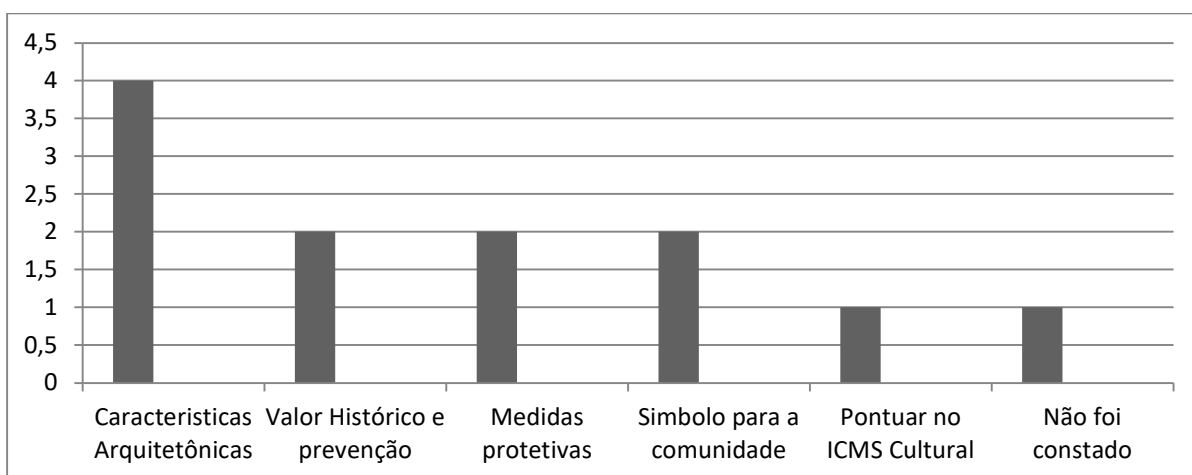


GRÁFICO 5 – MOTIVAÇÕES PARA ACEITAR O PEDIDO DE TOMBAMENTO DOS BENS.

Conforme consta nos dossiês para o Conselho as motivações principais que levaram aos deferimentos foram entre elas a maior parte, 04 para ser mais exato, a tipologia e as características arquitetônicas do bem, em 02 dos casos pelo valor

histórico e a prevenção do bem contra danos, em outros 02 casos por conta de medidas protetivas, e em 02 casos pela importância simbólica para a comunidade local, em 01 dos casos com intuito de pontuar no ICMS e em 01 outro caso descrito no dossiê não foi encontrado o motivo do deferimento.

Pelas análises feitas e pelas informações colhidas nos dossiês, podemos observar uma grande participação por parte de associações e representações da população local no que diz respeito aos pedidos e nas aberturas de processos de tombamento, e é possível observar também que o simbolismo e o caráter afetivo que esses cidadãos possuem em relação aos patrimônios resultam em ações mais participativas para promover a preservação de seus bens patrimoniais.

Podemos observar ao fazer uma análise nas ATAS e nos dossiês uma grande preocupação por parte das Associações de Moradores e Comunitárias com os bens históricos e culturais presentes em suas comunidades, por mais que as participações populares nas reuniões ainda sejam baixas, nos dados obtidos é evidente a maior preocupação em preservação dos bens ainda advém da população local. A ideia de preservação ainda está associada à monumentalidade, a Prefeitura por parte do COMPATRI, pelo que podemos notar leva em consideração as características materiais dos bens na hora de votar contra ou a favor do tombamento e registro desses bens. Assim, tais participações, apesar de não estarem excluídas da rotina de debates, também carecem de maior autonomia e programas de democratização nos debates, ou seja, de iniciativas que possibilitem acesso.

Nota-se que de modo geral ao que diz respeito os tombamentos que ocorreram em Ouro Preto e que os primeiros bens tombados na esfera federal obedecem ao princípio da proteção dos monumentos e do núcleo, que constituem o seu reconhecimento nacional e se destacam por suas características arquitetônicas.

A motivação dos primeiros tombamentos pela União pelo que podemos observar é voltado para questões estéticas. Podendo ser identificado nesses casos a presença de monumentos de grande valor estético. No que se refere aos tombamentos municipais, percebe-se a importância do valor que é atribuído ao bem principalmente por parte das comunidades onde os bens estão inseridos e é o que se destaca em relação à sua monumentalidade artística e histórica, e nesses casos que a comunidade assume um papel primordial no que diz respeito à preocupação com a salvaguarda do patrimônio.

Através dessa análise podemos dizer que é notória a noção de pertencimento que a população local tem com seus respectivos bens, porém é reduzida e se limita a membros de associações e órgãos que representem o povo. Por mais que as reuniões convoquem a população para a participação das reuniões dos conselhos essas convocações são feitas via Diário Oficial, o que permite questionamentos. Será que as pessoas têm o costume de consultar o Diário Oficial? Não haveria outro meio mais eficaz para fazer o convite e divulgação das reuniões? Será que há realmente a intenção da participação popular?

Através do contato feito com a Secretaria Municipal de Cultura e Patrimônio, foi possível identificar que é crescente o número de denúncias por parte de moradores ao COMPATRI. Isso mostra de forma positiva que há um possível aumento na conscientização da população sobre a importância do patrimônio e o seu papel como agente responsável por ele.

A partir deste levantamento é possível observar, sumariamente, pequenas mudanças, mas também algumas permanências no modelo tradicional da política e preservação do patrimônio cultural na cidade de Ouro Preto. Ao longo de 80 anos de patrimônio, privilegiou-se a ação do Estado e dos gestores públicos nas decisões e atitudes preservacionistas, que tinham nos critérios de monumentalidade, excepcionalidade, bem como na valorização da cidade colonial, suas principais motivações para a preservação e valorização do patrimônio na cidade.

Por outro lado, a partir dos anos 2000, acompanhando o movimento de mudança com relação ao patrimônio em todo o mundo, a cidade ensaia um movimento mais inclusivo e representativo com relação ao seu patrimônio, que é a criação do Conselho Municipal de patrimônio. Este, como vimos, tem a intenção de reunir representantes da sociedade civil, juntamente com gestores públicos, para pensar as políticas de patrimônio na cidade. Como vimos essa participação do cidadão, o exercício da cidadania com relação ao patrimônio, ainda parece tímida. O mesmo se pode dizer sobre as ações do órgão.

Com relação aos bens eleitos já na vigência do COMPATRI, bem como nos últimos 20 anos de política municipal de patrimônio, podemos observar também algumas permanências daqueles valores tradicionais: parte considerável dos bens tombados neste período segue sendo capelas, conjuntos urbanos, etc. No entanto, não deixa de ser relevante o número de bens tombados a partir dos anos 2000, de

natureza imaterial, que contemplam, ainda, festejos e rituais de matriz africana. Podemos dizer que as políticas de preservação do patrimônio em Ouro Preto, seguem, portanto, o movimento inclusivo e o alargamento do conceito, observado em todo o mundo.

### **3.3 Patrimônios como espelho, educação como elo: mapeando iniciativas**

A patrimonialização busca a preservação e continuidade daqueles bens que servem como elo entre diferentes gerações e é um reflexo do lugar onde está inserido, como complementa AMBUS (2019, np), “um patrimônio destruído reflete uma população adoecida”.

É importante enfatizar a necessidade de se conhecer para poder cuidar dos bens e de suas memórias. Sem conhecimento da importância da memória, não se vê a grande necessidade em se conservar e, nesse sentido, é preciso investir e promover a educação na população em razão do seu patrimônio cultural presente na cidade. (SILVA, 2007, pág.24). Uma forma de reaproximação da população com sua própria história é a educação patrimonial, pois reforçará seu elo e sua identificação em um processo de consciência coletiva, contínua e fortalecida.

A Educação Patrimonial é uma prática pedagógica inspirada na teoria do educador Paulo Freire que utiliza o patrimônio cultural como sua fonte primária de conhecimento, potencializando questões como identidade, consciência social e cidadania; é um instrumento utilizado como forma essencial para a construção da cidadania, é uma prática pedagógica em que o educador dessa prática exerce um papel ativo e importante na construção do conhecimento por meio da aprendizagem. Fazendo com que o ensino permaneça comprometido com a transformação social, de maneira a despertar cidadãos mais comprometidos e capazes de compreender, interpretar, questionar e intervir no seu ambiente sociocultural e político, com pensamentos para além do seu patrimônio cultural.

A dimensão e potencial educativos do patrimônio apresentam-se como um processo importante para afirmação da cidadania, estabelecendo foco no Patrimônio Cultural, e tem como objetivo o envolvimento das comunidades nas práticas de gestão de seu próprio patrimônio. Mostrando para comunidade que ela também é responsável pelos seus bens e reafirmando sua participação como essencial para sua preservação e conservação contínua e duradora nesse processo.

Desta forma, tais sentidos formativos significam também a valorização dos aspectos da sociedade e do local cotidiano presente na vida da comunidade, além de procurar mostrar e pontuar os elos que os ligam e os caracterizam como comunidade, a fim de disseminar esses elos para toda a comunidade a fim de que todos tenham acesso a essas informações e se identifiquem como responsáveis por gerir, conservar e preservar os seus bens e essas conexões.

O conhecimento e a apropriação das comunidades são fatores indispensáveis para o processo de preservação do Patrimônio Cultural e da reflexividade. Este processo de valorização e de troca possibilita a geração e produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de enriquecimento individual, coletivo e institucional.

A Educação Patrimonial se apresenta de forma interdisciplinar e/ou transdisciplinar, como forma de potencializar o uso dos espaços públicos e comunitários como espaços formativos (IPHAN, 2014, pág.27). Ela se apresenta como sendo um processo educativo na construção do conhecimento individual e coletivo, por meio da efetiva participação comunitária, que mantém as diversas referências culturais dos lugares onde vivem e convivem, pressupondo uma confluência entre educação, patrimônio, memória, cultura e proteção por meio da conscientização de crianças, adolescentes e adultos.

Em Ouro Preto, há diversas ações de diferentes instituições e pelos órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio voltadas para esse sentido. Nos últimos anos a UFOP, por exemplo, esteve atuando diretamente em alguns projetos de extensão voltados para a Educação Patrimonial e para a valorização do Patrimônio municipal de Ouro Preto, além de serem parceiras em outros programas e projetos de outras instituições e órgãos, também com esse intuito. Segundo o levantamento feito no portal da Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, os projetos voltados para a educação patrimonial realizados e apoiados pela Universidade entre 2018 - 2020 foram:

| <b>PROJETO</b>                                                                                                                  | <b>PROFESSOR RESPONSÁVEL</b>   |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------|
| <b>A PRESENÇA NEGRA NA OURO PRETO DO SÉCULO XIX: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL ATRAVÉS DE UM MAPA DIGITAL</b>                            | JANETE FLOR DE MAIO FONSECA    |
| <b>CONHECENDO CACHOEIRA DO CAMPO: HISTÓRIA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO</b>                                                            | MARIA DO CARMO PIRES           |
| <b>PERTENCER: MEMÓRIA, IDENTIDADE, HISTÓRIA E PATRIMÔNIO NA PARÓQUIA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ DE CACHOEIRA DO CAMPO</b>       | MARIA DO CARMO PIRES           |
| <b>EDUCAÇÃO PATRIMONIAL TREM DA VALE/UFOP</b>                                                                                   | MARIA DO CARMO PIRES           |
| <b>EXTENSÃO, PESQUISA, EDUCAÇÃO, CULTURA, PATRIMÔNIO E CIDADANIA</b>                                                            | CARLOS ALBERTO PEREIRA         |
| <b>MUSEUS DA IGREJA: TRABALHO, TECNOLOGIA E PRODUÇÃO NO CAMPO DA MUSEOLOGIA, PATRIMÔNIO E TURISMO</b>                           | VANIA CARVALHO DOS SANTOS      |
| <b>VIDA NOS MORROS: PATRIMÔNIO, CULTURA E SOCIEDADE NO PARQUE MUNICIPAL ARQUEOLÓGICO MORRO DA QUEIMADA, SERRA DE OURO PRETO</b> | MARCIA MARIA ARCURI SUNER      |
| <b>OURO PRETO, O MEU LUGAR</b>                                                                                                  | TAYS TORRES RIBEIRO DAS CHAGAS |
| <b>PROGRAMA SENTIDOS URBANOS</b>                                                                                                | GABRIELA DE LIMA GOMES         |

TABELA 3 - PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO – PROEX, OS PROJETOS VOLTADOS PARA A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL REALIZADO E APOIADOS PELA UNIVERSIDADE ENTRE 2018 – 2020

Os Projetos e Programas de Educação Patrimonial são importantes, pois, facilitam a acessibilidade dos indivíduos de diferentes grupos sociais aos seus bens e as suas manifestações culturais, proporcionam o fortalecimento da identificação cultural dos indivíduos, reforçando o sentimento de pertença e a auto-estima coletiva, estimulando assim a apropriação, uso e responsabilidade dos bens pela comunidade, além de ser estímulo ao diálogo entre a sociedade e os órgãos responsáveis pela proteção e promoção do Patrimônio Cultural, proporcionando uma forte e necessária troca de conhecimentos sobre estes bens, gerando uma grande valorização do Patrimônio Cultural nas comunidades locais e nas instituições envolvidas.

Em relação aos projetos de extensão trabalhados na UFOP voltados para a Educação Patrimonial, trouxe para conhecimento o antigo Projeto, hoje, Programa Sentidos Urbanos, que é um Programa em parceria da UFOP com o IPHAN, um dos programas mais antigos que atua diretamente na comunidade com ênfase na educação patrimonial, trabalhada de maneira interdisciplinar e que atua no município de Ouro Preto desde 2008.

O Programa Sentidos Urbanos é um Programa idealizado pelo Professor Juca Villaschi, atualmente professor aposentado do departamento de Turismo da Universidade Federal de Ouro Preto, que antes de se tornar um programa era um projeto de extensão universitária da UFOP aplicada e aprimorada junto à disciplina “Percepção e interpretação do patrimônio ambiental urbano”, da grade curricular do Curso de Turismo da UFOP e que em 2009 com parceria do IPHAN e FAOP (Fundação de Arte de Ouro Preto) se torna projeto de extensão, e que reflete e ilustra bem o papel transformador e impactante da Educação Patrimonial nas comunidades. O objetivo e interesse do projeto inicialmente foi o de apresentar aos estudantes da UFOP, a cidade de Ouro Preto, de maneira interpretativa e viés crítico mais amplos, enxergar de maneira mais sensível a paisagem histórica e cultural da cidade.

Para melhor compreensão desse projeto foram entrevistadas via Google Meet, por meio de vídeo conferência e entrevista roteirizada a Coordenadora Executiva do Programa "Sentidos Urbanos: Patrimônio e cidadania", Ana Amaral Nunes Pereira e a Bolsista do Programa Gabriela Maria de Lana Pinto, graduanda do curso de Turismo da UFOP. Segundo as entrevistadas atualmente, o programa

conta apenas com o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) e a UFOP. No início do programa, existiu uma parceria com a FAOP e também com a Prefeitura Municipal de Ouro Preto.

O projeto é composto por duas coordenadoras, uma pedagógica e uma executiva, e, além disso, é composto por oito bolsistas. O número de bolsistas depende muito do recurso que vem do IPHAN. Quando há cortes, ou o número de bolsistas diminui, ou tentam colocar mais bolsistas com um valor de bolsa menor, que foi o que aconteceu recentemente no último ano como relatado pelas entrevistadas.

Quando questionadas a respeito da metodologia ou as metodologias utilizadas elas disseram que existem diversas. O importante é ressaltar que o projeto parte da ideia da educação patrimonial e a partir disso são utilizadas metodologias diversas para cumprir com as ações. No ano de 2019, por exemplo, muitas das metodologias tinham como base a arte-educação, havia projetos lúdicos, envolvendo música e artes cênicas. Segundo as mesmas tudo depende de qual ação é feita, porque o projeto atualmente não se baseia apenas nos Roteiros Sensoriais como no início, na gênese do projeto.

Atualmente é um programa que possui diversas ações, incluindo os roteiros, porém com a necessidade de diversificar e expandir as ações, outras metodologias foram sendo agregadas ao programa. Há diversas ações atualmente e entre elas o Circuito expositivo Casa da Baronesa, que atualmente tem uma pegada inspirada no programa Castelo Ra-tim-bum que foi uma tele-série infanto-juvenil e educativa brasileira, produzida e exibida pela TV Cultura na década de 90. No circuito expositivo Casa da Baronesa as crianças que participam da atividade fazem parte de um caça ao tesouro, e a partir disso, foi criado pela equipe alguns personagens para interagir com as crianças. Quando o público muda e é composto por adultos como as atividades direcionadas aos alunos do EJA (Educação para Jovens e Adultos), a metodologia utilizada é outra, até porque existe a questão da faixa etária. Como relata a entrevistada e bolsista do programa Gabriela Lana “O que a gente faz é utilizar a educação patrimonial para criar a relação de afeto com a cidade.”

Segundo as organizadoras do programa, dentre os objetivos gerais está a reconstrução do olhar dos cidadãos ouro-pretanos sobre a cidade que em grande parte não é vista como deles, tendo como ideia principal trabalhar esse olhar para

que eles se tornem os donos do patrimônio, para que assim se insiram de forma autônoma no espaço urbano em que vivem e reivindiquem seus direitos através da construção afetiva com a cidade.

As entrevistas apresentam ainda como objetivo específico, a utilização da educação patrimonial como meio de acesso à memória, aos afetos, histórias, a tudo que consiga reativar o sentimento de pertencimento. Para as entrevistadas quando questionadas se o programa vem alcançando esses objetivos, ambas apontam que sim, A Gabriela Lana ainda diz que “apesar da pandemia nós conseguimos criar muitas ações de forma virtual que continua com o objetivo de reeducar o olhar sobre o ambiente urbano.”

Apontam também que quando as atividades eram no formato presencial, muitas das oficinas eram feitas com crianças, pois é mais fácil educar o olhar para aquilo que é afetivo para elas do que para um adulto que já tem uma opinião formada sobre o espaço em que vive. Elas dizem ainda que muitas das ações, os feedbacks recebidos são muito positivos, sejam de pessoas que são da cidade de Ouro Preto ou de outras localidades, uma vez que o programa é conhecido inclusive fora do município e tem uma procura constante de turistas de diversas localidades, e que às vezes participam de algumas ações de acordo com a disponibilidade da equipe envolvida.

Foi elencado pelas entrevistadas que Programa Sentidos Urbanos, antes da pandemia e em seu formato presencial tinha como ações e orientações, alguns aspectos, a saber:

1. Tecendo Memórias: atividade realizada com estudantes do EJA onde era trabalhada a memória afetiva, os desejos e os sentimentos dos alunos em relação à cidade;
2. Narrativas do Afeto: documentário que foi gravado no distrito de Glaura e que está sendo editado para publicação e que tinha como objetivo compreender a relação dos moradores com a Igreja que estava fechada para reforma e que é o principal patrimônio para eles;
3. “Caracóis: nossas moradas”: oficina que era realizada com crianças de até o 5º ano do fundamental, onde era trabalhada a relação deles com a casa, o bairro e a cidade e a partir disso eram realizadas atividades para ativar o sentimento de pertencimento a partir da memória;

4. Circuito Casa da Baronesa: é um circuito feito com personagens, na busca pelo tesouro onde ao fim o tesouro são os próprios ouro-pretanos;
5. “Entre lados há cidade”: oficina de audiovisual, onde a partir da fotografia se trabalhava a questão da memória com o espaço;
6. Tesouros de Ouro Preto: foi uma ação onde foram feitas entrevistas com vários ouro-pretanos para falar sobre a relação deles com a cidade de Ouro Preto;
7. Roteiros Sensoriais: o objetivo era ativar os sentidos para criar um novo olhar sobre a cidade a partir de diversos dispositivos sensoriais;
8. Outras Visadas: oficina feita online durante a pandemia com o objetivo de reeducar o olhar sobre o nosso novo espaço: nossas casas, a partir da única ferramenta que temos para olhar o mundo lá fora: nossas janelas;
9. Receitas com Afeto: são receitas culinárias feitas pelos integrantes e que trazem histórias e memórias que gostaríamos de compartilhar;
10. Binho conta a história de Ouro Preto: quadro onde o personagem principal do Circuito Expositivo conta curiosidades sobre a cidade;
11. Maria das Dores conta lendas: outro quadro onde a personagem mais aterrorizante da Casa da Baronesa, conta lendas da cidade;
12. SentidosCast: podcast do programa que tem como objetivo abrir espaço para conversas com diversos atores sociais sobre a educação patrimonial, história, sociedade e cultura.

O Público alvo é bem eclético de crianças de seis anos a idosos, antes da pandemia, o público alvo mais trabalhado eram os jovens e as crianças. Atualmente esse público se diversificou bastante, o podcast, por exemplo, atrai um público mais adulto, porém cada atividade e cada ação são pensadas dentro de uma metodologia que chame a atenção de uma determinada faixa etária com o intuito de ser bem diversificado e inclusivo.

Desta forma, a relação entre o projeto Sentidos Urbanos, esta pesquisa e seu objeto central se estabelecem no sentido da importância do primeiro na concretização orgânica e institucional da UFOP (de onde esta mesma pesquisa

também emerge), no interior da comunidade ouro-pretana, de modo geral, bem como de sua relação com o patrimônio pelo seu viés educativo, performático, arquitetônico, humanístico, de pertencimento, antropológico, dentre outros.

Acreditamos que ações de projetos de extensão como este, são fundamentais para o fortalecimento e apoio à construção da luta pelo direito à democratização do patrimônio a partir de uma base educativa. Em tempos tão sombrios, de cortes e de ataques em todas as esferas sociais, reforçar tal relação nos permite argumentar em prol da defesa da universidade pública de qualidade em seu dever e função social.

A presença de uma universidade pública com curso de Turismo, bem como de outras áreas do conhecimento na cidade de Ouro Preto se revela como fundamental na contribuição ao aprofundamento do debate acerca do patrimônio local historicamente constituído, principalmente quando seus projetos buscam contemplar sentidos urbanos e sociais que fomentam o desenvolvimento social e humano. Assim é fundamental que futuros profissionais do turismo atuem para além dos muros da universidade por meio de tais projetos, aprendendo também a respeito das partes “vivas”, orgânicas, patrimoniais e teóricas dos espaços urbanos.

Assim, a Coordenadora Executiva do IPHAN Ana Amaral Nunes Pereira diz que procuram atender de forma ampla todos os cantos da cidade, desde a área central, aos bairros periféricos e aos distritos. Diz ainda que “cada bairro tem suas histórias, necessidades e especificidades. Cada canto tem uma história para contar.” A ideia é sempre diversificar e incluir os mais diferentes lugares, mas há uma dificuldade grande, pois, “às vezes pela questão limitada do transporte, nos restringimos a não ir a locais que gostaríamos.” (Pereira, Ana Amaral, 2021).

O esforço/foco dos trabalhos de educação patrimonial nos bairros periféricos parte da identificação do distanciamento entre este núcleo central patrimonializado e as demais regiões da cidade.

É importante destacarmos assim, o distanciamento e mínima participação das pessoas de fora do eixo central da cidade nas visitas, por exemplo, ao Museu da Inconfidência, como destaca Brusadin (2011) ao apontar que a prevalência de visitas ao museu é majoritária se comparada à visita da população local. Esse é um exemplo do distanciamento e exclusão desse patrimônio colonial em Ouro Preto,

foco deste trabalho, bem como a reflexividade acerca deste patrimônio. Leandro Brusadin, ainda aponta que:

(...) através do estudo do Museu da Inconfidência, localizado em Ouro Preto – Minas Gerais pode-se analisar a dinâmica do patrimônio cultural. Essa instituição museológica realiza uma reconstrução histórica baseada no poder simbólico dos mitos que lhe deram origem, por meio de uma tradição inventada, e ainda realçam o imaginário social que foi incorporado a uma memória nacional. O Museu da Inconfidência passou, assim, a realizar diversas atividades com seu público relacionadas à participação da comunidade e à atividade turística. Entendendo esse público como parte essencial no processo daquele patrimônio, este trabalho estuda as formas de legitimidade que o próprio público lhe confere. A dinâmica cultural do patrimônio e suas interfaces com o imaginário social se relacionam aos processos de memória e identidade por meio dos seus símbolos e tradições. Desse modo, surge a prerrogativa da interpretação do patrimônio como ferramenta lúdica que pode atrelar a aprendizagem histórica do público às suas necessidades contemporâneas do lazer. (BRUSADIN, 2011, np).

Assim, a educação patrimonial é também uma forma de tentar solucionar esse problema criado no curso da história, produzindo uma dinâmica de inclusão e acessibilidade. O problema do turismo apresentado no primeiro capítulo como elemento complicador e gerador de conflito é fundamental, pois onde a comercialização do turismo é explorada, acaba muitas vezes por distanciar a comunidade de sua própria história.

Ainda podemos situar que “mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente *activa*, através da qual se exerce o poder simbólico”. (BACZKO, 1985, p. 314, apud; BRUSADIN, 2011). Assim sendo, o material informativo do Museu da Inconfidência se tornou uma forma de comunicação que pode ser vista, além da própria reprodução da arte, como uma forma de manter o processo simbólico idealizado por Getúlio Vargas e pelos modernistas. Caso não houvesse esse tipo de reprodução da arte ou da própria história, certamente o seu público solicitaria tais ações que são também uma forma comunicativa de se relacionar com a sociedade e suas necessidades lúdicas. (BRUSADIN, 2011, pág.163).

Sabemos que o Museu da Inconfidência e seu entorno são frequentados em sua maioria por turistas, como aponta a tese de Brusadin (2011), mas não pela população, gerando assim uma espécie de cidade e/ou turismo de exceção, bem como de uma alienação social para com seus próprios espaços, gerando a homogeneização e cristalização dos espaços turísticos, que refletem muitas vezes uma preocupação maior das entidades com as projeções turísticas e construção

dessas narrativas, do que da valorização de uma cultura e patrimônio ainda vivos e em movimento.

Desta forma, diálogos estabelecidos em entrevistas e outras conexões nos permitem melhor compreender tais relações. Reforçando, a coordenadora Ana Amaral diz que a comunidade é muito participativa, que “quando propomos algo, a ideia é sempre aceita e compartilhada coletivamente. As pessoas se envolvem com as ações e temos boas respostas quando participam”, e assim percebemos que para a comunidade atuar, basta torná-la parte dos seus próprios processos constitutivos sobre sua cidade. Já a Gabriela Lana diz que depende muito do público a qual irão trabalhar, pois tiveram “muita dificuldade com o EJA, pois os alunos odiavam a cidade e não tinha uma relação boa com ela, não se sentiam ouvidos, não se sentiam pertencentes”. Desta forma, acreditamos que cada público carece de uma forma distinta e particular para apreensão de tais sentidos, valorizando suas subjetividades, onde os aspectos financeiros seja apenas o desdobramento da beleza de uma cultura e patrimônio vivos.

Com esforço e um estudo bem trabalhado para entender as aflições do público eles adaptaram uma dinâmica diferente a qual conseguiram agradar os participantes e realizar a ação: “Só depois de muito esforço foi que conseguimos criar algo que eles quisessem fazer durante a oficina.” a bolsista e membro do Programa Gabriela reforça na entrevista que trabalhar com as crianças é diferente, pois “com crianças é mais fácil, e devido ao fato de o projeto já ter um longo caminho, fica mais fácil essa interação com a comunidade.”

Sobre o acolhimento do projeto pela comunidade e pelos participantes as entrevistadas dizem que no geral o projeto é bem recebido e é conhecido principalmente pelas escolas. Segundo Ana Amaral “as escolas em geral já conhecem o Projeto e seus representantes ficam felizes quando realizamos ações juntos. Muitos professores e diretores nos procuram.” E diz ainda que antes da pandemia alguns turistas também procuravam o projeto para realizar algumas ações.” A Bolsista Gabriela Lana diz que “grande parte dos feedbacks que recebemos mostra que o projeto é sim capaz de mudar o olhar das pessoas através da relação com o sensível, com o sentir”, e que isso a deixa segura em afirmar que o programa “é bem visto”.

A Coordenadora Amaral afirma ainda que “O IPHAN tem uma função técnica e fiscalizadora, o que torna a relação com os moradores muitas vezes complexa” e que o Programa veio como forma de amenizar a visão não muito bacana que as pessoas da comunidade têm do Instituto, e que “o Programa oferece a parte afetiva dessa instituição, de ampliação do diálogo com a sociedade e de reflexão sobre o seu real papel.”, e isso não é dito, nem escrito em nenhum lugar sendo um efeito natural causado pelas ações do programa.

A entrevistada ainda cita um acontecimento em umas de suas ações que retrata essa percepção natural causado pelo efeito positivo do programa, onde “em uma oficina com alunos da Escola Municipal Morro São Sebastião, os alunos deram o nome da exposição final de “Somos todos IPHAN”.” Mostrando que os participantes depois das ações mudam suas visões ruins causadas pela função técnica e fiscalizadora do Instituto, e reforça que isso é uma ação positiva, espontânea e natural, e que “isso aconteceu de forma totalmente espontânea e sem qualquer influência dos nossos mediadores.”

Ana Amaral Coordenadora do IPHAN cita como pontos positivos, o fortalecimento da relação do morador com a cidade, a ampliação do seu olhar sobre seu patrimônio e sobre a cidade, ela acredita que o programa ajuda no desenvolvimento humano, contribui para que o IPHAN se torne mais sensível no olhar do cidadão, que o programa reforça o sentimento de pertencimento da população com seus bens patrimoniais e torna esse sentimento cada vez mais forte, ajudando no compartilhamento e intensifica a identidade cultural coletiva, fortalece no empoderamento dos cidadãos, e potencializa os espaços de escuta, além de incentivar uma boa formação profissional.

Apesar da importância demonstrada do Programa, a partir das entrevistas percebemos que ele sofre com as limitações impostas pela existência ou não de verbas, a cada novo ciclo. Percebemos que um programa voltado para a educação patrimonial, depende de profissionais e agentes qualificados e outras demandas logísticas. Tal constatação denota a importância de ações por parte do poder público e investimento financeiro na implementação de programas que visam sanar o problema do distanciamento da população com relação a seu patrimônio.

A função dos Projetos e Programas de educação patrimonial é justamente essa, apresentar a comunidade os seus bens e a partir daí trabalhar a importância

de preservá-lo e de mantê-lo conservado para a comunidade e para as gerações futuras.

Foi possível observar com esta exposição que a emergência e o investimento em iniciativas voltadas para a educação patrimonial na cidade de Ouro Preto, partem da identificação de um distanciamento entre população, especialmente as de bairros não patrimonializados da cidade, e o seu patrimônio. A própria existência destes programas demonstra também a emergência de um olhar por parte de intelectuais, professores e gestores públicos que compreende, finalmente, a importância da reflexividade, e a população local como sujeitos de atribuição de valor ao patrimônio.

Essa nova forma de inserir os indivíduos na dinâmica patrimonial, vem contribuindo efetivamente e ativamente no processo de expansão e disseminação do conhecimento a respeito dos bens patrimoniais e da cultura por meio da educação patrimonial, alcançando resultados positivos e bem significativos que refletem na conscientização de efeito positivo no despertar da participação da comunidade nos interesses de defesa, proteção e conservação de seus patrimônios, o que podemos observar na participação dos mesmos no COMPATRI, como já exposto no capítulo 2.

Em entrevista com o Zaqueu Astoni Moreira, Advogado, mestre em preservação do patrimônio cultural pela UNESCO-IPHAN, ex-secretário de Cultura e Patrimônio de Ouro Preto e Membro do conselho de Patrimônio Cultural da OAB/MG foi possível perceber uma virada no olhar dos gestores públicos, que vem transformando uma política consagrada há 80 anos. O entrevistado afirma que Ouro Preto tem se apresentando bem aberta ao diálogo e a escuta da comunidade, alcançando importantes espaços de escuta nos últimos anos. Para Moreira, os projetos de extensão e programas de educação patrimonial foram e são essenciais para a formação e disseminação do conhecimento sobre as importantes ações a serem trabalhadas nos bens patrimoniais de Ouro Preto, para ele “a cidade é uma cidade viva, com uma população viva e não é uma cidade cenário”.

Em oitenta anos de patrimônio, há sim muita coisa a evoluir, mas com a ajuda dos projetos e programas, de acordo com Zaqueu, a população terá mais acessos e entradas participativas nessa cadeia de ações de preservação, conservação e proteção. (ASTONI; ZAQUEU, 2021).

#### 4 - CONCLUSÃO.

Defendo através desta pesquisa, a necessidade da produção de narrativas turísticas que ao mesmo tempo em que comuniquem as suas memórias, história e relações patrimoniais com o passado, não exclua a comunidade que a constitui, cristalizando sua imagem e transformando-a também em objeto de passado, mas que a constitua a partir de suas subjetividades sem produzir a invisibilização da comunidade viva de Ouro Preto que também constitui parte de seu patrimônio.

Através deste estudo defendemos que a comunidade deve ser vista como parte do patrimônio historicamente constituído e de suas representações turísticas. Suas memórias e histórias também constituem parte de todo conjunto patrimonial da cidade, ultrapassando uma noção e dinâmica turística voltada para centralidades construídas pela turistificação do ambiente. Como afirmamos, a cidade é também suas encostas, morros, bairros periféricos, que neles conservam outros patrimônios

A formação e compreensão das cidades consideradas históricas, precisam se distanciar de uma cristalização de sua comunidade, apoiada em uma compreensão voltada apenas para o passado e que desconsidere a parte viva que a movimenta, de modo que sua memória e identidade fiquem limitadas apenas a um imaginário colonial estático. Assim, Brusadin (2011), afirma que:

(...) o passado não é algo para ser colocado apenas em nossa memória, nos arquivos ou nos trabalhos acadêmicos. O patrimônio cultural, enquanto elemento representativo desse passado se apresenta como uma síntese simbólica dos valores identitários de uma sociedade em que ela mesma deve saber reconhecer, interpretar e preservar. Um lugar de memória deve estar sempre associado a uma constante reconstrução histórica por meio de pesquisas e, também, articulado a uma visitação turística em que seu público seja intérprete desse local e, principalmente, que a comunidade não seja alheia a esse processo. (BRUSADIN, 2011, pág. 196)

No interior deste pensamento, em nossa pesquisa destaca-se a reflexividade do turismo, que consiste na busca do reconhecimento da comunidade consigo mesma e com seus bens patrimoniais, onde a mesma procura no bem um reflexo de suas vivências, para assim interpretar e preservá-lo e se tornar agentes fundamentais desse espaço turístico. Acreditamos que o fortalecimento das bases turísticas, ou seja, o fortalecimento da cultura e comércio local focada fora dos espaços mais centralizados e visados turisticamente é o que há de mais

fundamental na consolidação do turismo e sua democratização, pois sem tais comunidades, patrimônios e culturas nativas, a cidade não pode se constituir.

Deste modo, acreditamos que seu fortalecimento e democratização de seu patrimônio devam ocorrer a partir de uma base patrimonial educativa.

A perspectiva histórica sucumbida ao estudo do imaginário, das tradições e do poder simbólico indica novos caminhos que, em especial, a História Cultural vem abrindo para as interfaces com o patrimônio. Paralelamente, o campo do Turismo vem se reconstruindo em uma perspectiva que busca o equilíbrio entre os elementos que o exaltaram enquanto atividade, geração de emprego e renda, e uma visão crítica que desconsidera quaisquer benefícios oriundos da sua atividade e de seus profissionais. (BRUSADIN, 2011, pág. 196)

Pensar sobre o patrimônio de maneira mais inclusiva se tornou uma tendência mundial que ocorreu de forma progressiva e aos poucos foi alcançando e conquistando diversos espaços de debates sobre o tema pelo mundo a fora. A necessidade de seguirmos refletindo tais questões mostra-se fundamental à evolução do pensamento a cerca das representações patrimoniais e desenvolvimento das comunidades locais em seus mais diversos níveis, de pertencimento ou mesmo de viés econômico, de modo equilibrado.

O apagão das comunidades às custas de representações elitizadas, não correspondem à necessidade de valorizarmos ancestralidades locais, culturas e ritos ainda preservados, mas que na construção do discurso turístico acabam silenciadas e esquecidas. Para o Patrimônio esses contextos e pluralidades são de grande relevância, pois, o Patrimônio sempre foi visado como forma de representatividade e identificação dos povos, porém foi construída uma identificação sob a ótica de uma determinada classe, de um determinado povo, silenciando na história a participação e o protagonismo de um povo sobre o outro.

No entanto, a gestão municipal com relação ao patrimônio não é algo novo em Ouro Preto, mas que remete a mais de 80 anos. Desde a década de 1930 o município destina ações ao longo dos anos, na tentativa de envolver a sua população na preservação do patrimônio e nos espaços de fala e de escuta, mas que ainda assim segue evoluindo lentamente, e por vezes silenciando comunidades que também se constituem como patrimônio da cidade, reconhecida nacional e internacionalmente.

Dessa forma, o patrimônio cultural é a materialização da memória, reflexo

das identidades culturais das comunidades que o produziram e o resguardam. Mas é também a materialização de narrativas memoriais, fruto de construções identitárias, muitas vezes forjadas artificialmente pelos Estados Nacionais. No caso de Ouro Preto, estas relações de força se evidenciam no patrimônio, objeto do turismo cultural praticado na cidade. Uma pesquisa rápida no google é capaz de apontar as tensões que se estabelecem na cidade, mostrando imagens de pichações com os dizeres: “É da humanidade, mas não da comunidade”.

Por isso, dialogando com a problemática deste trabalho, a noção de patrimônio encerra, principalmente conflitos e disputas desde a sua produção, a sua eleição como objeto de proteção pelo Estado e a sua capacidade de refletir as identidades e memórias de uma comunidade. O turismo se apresenta como fator que reforça essa lógica excludente na medida em que o objeto de sua atividade é um cenário colonial consagrado como patrimônio, mas que dificulta a contemplação de outros espaços fora de seu “eixo” colonial barroco. Assim, é importante destacar os caminhos trilhados para os avanços historicamente fundamentados sobre o patrimônio de Ouro Preto, mas sem esquecer a necessidade de avançarmos neste debate, principalmente em um momento de recrudescimento das pautas sociais e ataques às humanidades.

É importante destacar a atuação dos Projetos e Programas de educação patrimonial na cidade que vem com o intuito de promover maiores envolvimento e consciência dos moradores, que conseguem atingir os objetivos propostos mesmo com todos os obstáculos que dificultam sua abrangência.

Podemos concluir, então a grande necessidade de maiores investimentos por parte do município e dos órgãos ligados ao patrimônio, para ampliar a abrangência e efetividade das ações e projetos existentes, projetos estes, ligados à educação patrimonial. A partir desta pesquisa podemos então, constatar a importância da promoção de políticas públicas voltadas para a comunidade de Ouro Preto e de ações mais amplas de promoção da inclusão social e apropriação territorial comunitária.

## 5 - REFERÊNCIAS

ANDRIOLO, A. Ouro Preto, 1897-1973: a construção social de uma cidade histórica turística. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FAU-USP, 1999.

ÁLVARES, Patrícia Maria Fialho. A utilização de materiais metálicos para intervenções em sítios tombados: diretrizes legislativas para ouro preto – MG. 2017. 200 f. Tese (Doutorado em Engenharia civil) - Escola de Minas, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2017.

ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento/Giordano, 1933.

ALBERTI, Verena. Ouvir e contar: textos em história oral. Rio de Janeiro, 2004:

ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: Introdução a uma antropologia da super modernidade, 2 ED. Campinas: Papirus, 1994.

Barreto, Margarita. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas SP, 2003 – Papirus, 2003.

BRASIL. Decreto nº 22.928, de 12 de julho de 1933. Erige a cidade de Ouro Preto em monumento nacional. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 17 jul. 1933. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-22928-12-julho-1933-558869-publicacaooriginal-80541-pe.html>>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Viana entre os intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2005.

BRUSADIN, Leandro Benedini. A dinâmica do patrimônio cultural e o Museu da Inconfidência em Ouro Preto (MG). 2011. 211 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, 2011. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/103115>>. Acesso em 15 de março de 2021.

CAMARGO, Haroldo Leitão. Patrimônio histórico e cultural. São Paulo: ALEPH, 2002.

CARNEIRO, Neri P. Memória e patrimônio: etimologia. 2009. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/memoria-e-patrimonio-etimologia/21288>. Acesso em 15 de março de 2021.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. “O turismo e a produção do não-lugar”. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri e CRUZ, Rita de Cássia Ariza da (orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 26–28.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto. In: urbanização brasileira: redescobertas. Belo Horizonte: C/ARTE, 2003.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CHOAY, FRANÇOISE. A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade/Editora Unesp, 2001.

CHUVA, Márcia. Possíveis narrativas sobre duas décadas de patrimônio: de 1982 a 2002, Revista do Patrimônio Nº 35 – IPHAN, Rio de Janeiro, 2017.

DIAS, Jussara Duarte Soares. História e política no processo de patrimonialização da cidade de Ouro Preto. Temporalidades – Revista de História, ISSN 1984-6150, edição 32, V. 12, N.1 (Jan./abr. 2020).

HALBWACHS, M. A memória coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HORTA, O. M. M. Mário de Andrade e os modernistas em Minas Gerais no reconhecimento da tradição para a identidade nacional. Migulim: Revista Eletrônica do Netlli, V. 3, N. 2, P. 113-124, Maio/Ago. 2014.

IPHAN – Educação patrimonial: uma abordagem complexa. Revista IPHAN – Educação Patrimonial Histórico, conceitos e processos, Rio de Janeiro, 2014.

IPHAN. Ouro Preto (MG). Disponível em: <[portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/279](http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/279)>. Acesso em: 20 de junho de 2021.

JEUDY, Henri-Pierre. Espelho das cidades. Trad. Rejane Janowitz. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

KAMINSKI, Leon Frederico. Teatro, liberdade e repressão nos festivais de inverno de Ouro Preto, 1967-1979. Dossiê. Varia hist. 32 (59). May-Aug 2016. <https://doi.org/10.1590/0104-87752016000200004>. Acesso em 20 de julho de 2021.

LAFETÁ, João Luiz. 1930: acrílica e o modernismo. São Paulo: Duas cidades/Editora 34, 2000.

LANARI, José Batista. Proteção do patrimônio na Unesco: ações e significados. Brasília: Unesco, 2003.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. Patrimônio, turismo cultural e educação patrimonial. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/6DS4HvLb67DQC7ZnxHHQSzy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 de julho de 2021.

MENESES, José Newton Coelho. História & turismo cultural. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2004.

MOTTA, Lia. A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios. Revista do patrimônio histórico e artístico nacional. Brasília: MINC/IPHAN Nº 22, pp. 108 – 122, 1987.

Ouro Preto. Dossiê de tombamento do núcleo histórico de Ouro Preto. Acervo da Prefeitura Municipal. Ouro Preto, 2009.

PELEGRINI, Sandra C. A. Cultura e natureza: os desafios das práticas preservacionistas na esfera do patrimônio cultural e ambiental. In: Revista Brasileira de História, v. 26, nº 51, p. 115-140. São Paulo, 2006.

PELLEGRINI FILHO, Américo. Ecologia, cultura e turismo. Campinas: Papirus, 1997.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, Vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. Consumo e espaço: turismo, lazer e outros temas. São Paulo: Roca, 2001.

POULOT, Dominique. Uma história do patrimônio no ocidente, séculos XVIII-XIX: do Monumento aos valores. São Paulo: Estação da Liberdade, 2009.

RANGEL, Ana Paula dos Santos. Aspectos da demografia escrava em Vila Rica – 1755-1815. Anais do I Colóquio do LAHES. Juiz de Fora, 2005.

SANTOS, B. S. (2001). Os processos da globalização. Globalização: fatalidade ou utopia? Unesco e os patrimônios da humanidade: valorização no contexto das relações internacionais. In: JACOBI, P.; L. C. (Orgs.). Diálogos em ambiente e sociedade em ambiente e sociedade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006.

SILVA, Glaci Teresinha Braga da. A materialização da nação através do patrimônio: o patrimônio: o papel do SPHAN no regime estadonovista. Porto Alegre, 2010.

SILVA, Leonardo Thompson. Da cultura, turismo e identidade local: impactos socioculturais sobre a comunidade receptora de turismo - Trancoso, Porto Seguro – BA. – Ilhéus (BA): Universidade Estadual de Santa Cruz UESC/Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2007. V, 160p.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. Diferentes olhares sobre a preservação das cidades: entre os dissensos e os diálogos dos moradores com o patrimônio. 2016. 266 p. (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SODRÉ, J. C. A. Arquitetura e viagens de formação pelo Brasil 1938-1962. São Paulo: Dissertação (mestrado). FAU-USP, 2010.

SORGINE, Juliana. Salvemos Ouro Preto: a campanha em benefício de Ouro Preto, 1949-1950; [colaboração de Lia Motta e Bettina Grieco] -Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

TELLES, Augusto Carlos da Silva. Ouro Preto: cidade histórica, cidade de hoje. In: Revista Barroco nº 18. O território barroco no século XXI. Ouro Preto/Belo Horizonte: Rona Editora/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, anos 1997-2000, p. 406).

THOMPSON, Ana Lucia. Entorno de bens tombados. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/COPEDOC, 2010.

URRY, J. O olhar do turista. Studio Nobel – SESC, São Paulo, 1996.

VENTURA, Alexandre de Oliveira. A viagem de descoberta do Brasil: um exercício do moderno em Minas Gerais. Dissertação de mestrado apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2000.